



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0007/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2026 – COMPRASGOV

Contratante (UASG): 929718

Câmara Municipal de Arapongas

OBJETO

Aquisição de equipamentos, periféricos e acessórios de tecnologia da informação e comunicação (tic), destinados à modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal de Arapongas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO ESTIMADO:

R\$ 183.441,13 (cento e oitenta e três mil e quatrocentos e quarenta e um reais e treze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

17/06/2026 às 08h30

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço por item

MODO DE DISPUTA

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM/ EXCLUSIVA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 90002/2026 – COMPRASGOV

PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Arapongas, inscrito no CNPJ 75.337.089/0001-85, com sede na Rua Harpia, nº 389, Centro, Arapongas-PR, torna pública a realização da presente licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, **será exclusiva** para a participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações e especial a Lei Complementar nº 147/2014, IN nº 73/2022 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O recebimento das propostas de preços, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, através do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.compras.gov.br/>, conforme datas e horários definidos abaixo, observando-se o horário oficial de Brasília - DF.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

- a. **DATA: 17/06/2026**
- b. **HORÁRIO: 08h30 (horário de Brasília/DF)**
- c. **SÍTIO ELETRÔNICO: www.compras.gov.br**
- d. **CODIGO UASG: 929718**

1. OBJETIVO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos, periféricos e acessórios de tecnologia da informação e comunicação (tic), destinados à modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal de Arapongas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

----- Estado do Paraná -----

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações dos objetos.

1.3. O valor total máximo estimado para o certame é de até **R\$ 183.441,13 (cento e oitenta e três mil e quatrocentos e e quarenta e um reais e treze centavos)**, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Edital e conforme descrição na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMA T	UNID .	QTD E	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	Access Point (Wi-fi) Ubiquiti - Unifi U6 Pro com Fonte Garantia: Mínima 01 (um) ano.	609339	UNID .	07	R\$ 1.438,74	R\$ 10.071,18
2	Switch 24 Portas – Gigabit Requisitos Técnicos Mínimos: Switch 10/100/1000 Interface: 24 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX) Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), Protocolo CSMA/CD Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m) 1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m) Taxa de Transferência: Ethernet: 10 Mbps (half duplex), 20 Mbps (full duplex) Fast Ethernet: 100 Mbps (half duplex), 200 Mbps (full duplex) Gigabit Ethernet: 2000 Mbps (full duplex) Capacidade de Comutação: 48 Gbps Taxa de Encaminhamento: 35,71 Mpps Tabela de Endereços MAC: 8K (aprendizado e atualização automática) Buffer de Memória: 4 Mbit Jumbo Frame: até 10 Kbytes Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward) QoS: Algoritmo WRR (Weighted Round Robin) Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz (bivolt automático) Fonte interna Proteção: Contra surtos de até 8 kV	618774	UNID .	05	R\$ 675,96	R\$ 3.379,80



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Ambiente de Operação: Temperatura –10 °C a +55 °C Umidade 0% a 95% (sem condensação) Certificações: Anatel Montagem: Montável em rack padrão EIA 19" com altura 1U Material: Estrutura em aço Conteúdo: kit de instalação e kit de alimentação Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
3	Switch 16 Portas – Gigabit Requisitos Técnicos Mínimos: Switch 10/100/1000 Interface: 16 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX) Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), Protocolo CSMA/CD Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m) 1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m) Taxa de Transferência: Ethernet: 10 Mbps (half duplex), 20 Mbps (full duplex) Fast Ethernet: 100 Mbps (half duplex), 200 Mbps (full duplex) Gigabit Ethernet: 2000 Mbps (full duplex) Capacidade de Comutação: 32 Gbps Taxa de Encaminhamento: 23,81 Mpps Tabela de Endereços MAC: 8K (aprendizado e atualização automática) Buffer de Memória: 4 Mbit Jumbo Frame: até 10 Kbytes Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward) QoS: Algoritmo WRR (Weighted Round Robin) Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz (bivolt automático) Fonte interna Proteção: Contra surtos de até 8 kV Ambiente de Operação: Temperatura –10 °C a +55 °C Umidade 0% a 95% (sem condensação) Certificações: Anatel Montagem: Montável em rack padrão EIA 19" com altura 1U Material: Estrutura em aço Conteúdo: kit de instalação e kit de alimentação Garantia: Mínima 01 (um) ano.	300719	UNID	03	R\$ 630,02	R\$ 1.890,06



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

----- Estado do Paraná -----

4	<p>Switch 8 Portas – Gigabit Requisitos Técnicos Mínimos: Switch 10/100/1000 Interface: 8 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX) Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), IEEE 802.3az (Energy Efficient Ethernet) Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m) 1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m) Capacidade de Comutação (Backplane): 16 Gbps</p> <p>Taxa de Encaminhamento: 10 Mbps: 14.880 PPS 100 Mbps: 148.800 PPS 1000 Mbps: 1.488.000 PPS</p> <p>Tabela de Endereços MAC: 4K (aprendizado e atualização automática) Buffer de Memória: 192 kB Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward) QoS: Priorização IEEE 802.1p, quatro filas de prioridade por porta, algoritmo WFQ Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz Saída 12VDC / 1A Tensão de operação 12-24VDC Consumo Máximo: 4,5 W Ambiente de Operação: Temperatura 0 °C a 55 °C Umidade 10% a 90% sem condensação Temperatura de Armazenamento: -40 °C a 70 °C Umidade 5% a 90% sem condensação Certificações: Anatel</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>	625872	UNID	08	R\$ 271,62	R\$ 2.172,96
05	<p>Monitores 23.8" Requisitos Técnicos Mínimos: Tamanho da Tela: 23,8" Tipo de Painel: VA Resolução Máxima: 1920 × 1080 (Full HD) Brilho: 250 cd/m² Contraste: 3000:1 Tempo de Resposta: 4 a 14 ms Ângulo de Visão: 178° horizontal / 178° vertical Formato de Tela: 16:9 Taxa de Atualização: 60 Hz Conectividade: HDMI e VGA Acessórios Inclusos: Cabo HDMI Alto-falante Integrado: Não Near Edgeless (Quase sem bordas): Sim Ajustes do Suporte: Elevação, inclinação, rotação e articulação</p>	619128	UNID	10	R\$ 1.308,18	R\$ 13.081,80



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Eficiência Energética: Certificação Energy Star 7.0 Cor do Suporte e Monitor: Preto Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
06	Notebook Equipamento de Referência Tipo Notebook para uso corporativo/administrativo, novo, de primeiro uso, sem recondicionamento. Processador Processador com arquitetura x86-64, para uso móvel Mínimo de 10 núcleos físicos ou híbridos Frequência turbo mínima de até 5,0 GHz Cache mínimo de 12 MB Desempenho equivalente ou superior à 13ª geração da linha Intel Core i7 para notebooks Sistema Operacional Sistema operacional Windows 11, em português (Brasil) Licença original, permanente, devidamente ativada Versão compatível com uso corporativo Placa de Vídeo Controladora gráfica integrada ao processador Suporte a resolução Full HD ou superior Memória gráfica compartilhada Tela Tela de 15,6 polegadas Resolução mínima Full HD (1920 x 1080) Tecnologia antirreflexo Taxa de atualização mínima de 120 Hz Brilho mínimo de 220 nits Painel com ampla visão (WVA, IPS ou equivalente) Memória RAM 16 GB DDR4 ou superior Frequência mínima de 2666 MT/s Possuir pelo menos 2 slots, permitindo expansão (desde que não inferior à memória exigida) Armazenamento Unidade de estado sólido (SSD) Capacidade mínima de 512 GB Leitor de cartão SD Slot M.2 compatível Interface PCIe NVMe M.2 Teclado Teclado padrão ABNT2 (Português – Brasil) Integrado ao equipamento Não retroiluminado (aceita-se retroiluminado como melhoria) Webcam Webcam integrada	613309	UNID	06	R\$ 4.990,00	R\$ 29.940,00



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Resolução mínima HD (720p) Microfone digital integrado</p> <p>Áudio Alto-falantes estéreo integrados Potência mínima total de 4 W</p> <p>Conectividade Rede sem fio compatível com Wi-Fi 6 (802.11ax) ou superior Tecnologia MU-MIMO Bluetooth integrado</p> <p>Portas e Conexões Mínimo de: 1 porta HDMI 1 porta USB Tipo-C (dados) 2 portas USB Tipo-A 1 conector para fone/microfone 1 conector para alimentação</p> <p>Slots de Expansão com SSD padrão 2230 ou 2280</p> <p>Bateria Bateria integrada Mínimo de 4 células Capacidade mínima de 54 Wh Autonomia mínima estimada de 9 horas, conforme metodologia do fabricante</p> <p>Fonte de Alimentação Adaptador de energia 65 W Compatível com rede elétrica bivolt automático (110–220V)</p> <p>Construção e Acabamento Chassi em material resistente (polycarbonato, plástico de engenharia ou equivalente) Cor neutra (preto, cinza ou equivalente)</p> <p>Dimensões e Peso Peso máximo: até 1,7 kg Dimensões compatíveis com notebooks de 15,6"</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano, em regime onsite (atendimento nas dependências da CONTRATANTE).</p>					
07	<p>Teclado com Fio Teclado com fio, padrão completo de 3 zonas, conexão USB-A, projetado para uso corporativo. Deve ser resistente a uso contínuo, com teclas de longa durabilidade, inclinação ajustável e compatibilidade com os principais sistemas operacionais.</p>	451817	UNID	15	R\$ 78,23	R\$ 1,173,45



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Requisitos Técnicos Mínimos:</p> <p>Layout: padrão de 3 zonas, com no mínimo 104 teclas</p> <p>Idioma/layout: ABNT2 (Português Brasil) ou equivalente, com tecla "Ç"</p> <p>Cor: Preto</p> <p>Tempo de vida do teclado</p> <p>Até 10 milhões de cliques</p> <p>Estilo das teclas: estilo ilha ou equivalente, de baixo perfil</p> <p>Tipo de acionamento: do tipo plunger ou equivalente</p> <p>Espaçamento entre teclas: aproximadamente 19 mm (horizontal e vertical)</p> <p>Inclinação ajustável: obrigatória</p> <p>Resistência: resistente a respingos e desgaste</p> <p>Conectividade: USB com fio (padrão USB-A)</p> <p>Comprimento do cabo: mínimo de 2,0 m</p> <p>Dimensões aproximadas do produto:</p> <p>Altura: até 35 mm</p> <p>Peso do produto: até 0,85 kg</p> <p>Compatibilidade de hardware: computadores com porta USB-A disponível</p> <p>Compatibilidade de software: Windows 10 ou superior</p> <p>Condições de operação:</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
08	<p>Mouse com Fio</p> <p>Mouse óptico com fio, design ambidestro, conexão USB, desenvolvido para uso corporativo contínuo. Deve apresentar alta durabilidade, precisão adequada para atividades de escritório e compatibilidade com os principais sistemas operacionais.</p> <p>Requisitos Técnicos Mínimos:</p> <p>Cor: Preto</p> <p>Design: Ambidestro, ergonômico, adequado para destros e canhotos</p> <p>Peso máximo: até 80 g</p> <p>Dimensões aproximadas:</p> <p>Altura: até 35 mm</p> <p>Largura: até 65 mm</p> <p>Profundidade: até 115 mm</p> <p>Número de botões: mínimo de 3 (clique esquerdo, clique direito e botão de rolagem)</p> <p>Durabilidade dos botões:</p> <p>Clique esquerdo/direito: mínimo de 8 milhões de acionamentos</p> <p>Clique do scroll: mínimo de 100.000 acionamentos</p> <p>Roda de rolagem: obrigatória, com movimento para cima e para baixo</p> <p>Sensor: óptico</p>	451822	UNID	15	R\$ 38,97	R\$ 584,55



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Resolução (DPI): mínima de 1600 DPI Conectividade: USB, com fio Comprimento do cabo: mínimo de 1,8 m Compatibilidade de hardware: computadores com porta USB disponível Compatibilidade de software: Windows 7 ou superior (incluindo Windows 8, 8.1, 10 e 11) Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
09	Celular Requisitos Técnicos Mínimos: O aparelho a ser adquirido deverá atender, obrigatoriamente, às seguintes especificações técnicas mínimas: Armazenamento interno: Mínimo 1TB (<i>terabyte</i>) Memória RAM: Mínimo de 12 GB Processador: Processador topo de linha de última geração, compatível com desempenho equivalente ou superior ao Apple A18 Pro ou Gen 4 Sistema Operacional: iOS ou Android, em sua versão mais recente disponível na data da entrega, com garantia mínima de 5 (cinco) anos de atualizações de segurança Tela: Tecnologia OLED, AMOLED ou Super Retina tamanho mínimo de 6,7 polegadas, resolução mínima QHD+, taxa de atualização adaptativa de até 120 Hz Câmera traseira: Conjunto de câmeras com sensor principal mínimo de 48 MP, incluindo lente teleobjetiva com zoom óptico avançado e lente ultra-angular, com gravação de vídeo em resolução mínima 4K a 60 fps Câmera frontal: Mínimo de 12 MP, com gravação em 4K Recursos de gravação Modos profissionais de foto e vídeo (RAW, ProRes ou equivalentes), estabilização óptica de imagem e recursos avançados de pós-processamento Resistência: Certificação IP68 ou superior (resistência à água e poeira) Conectividade: 5G, Wi-Fi 6E ou superior, Bluetooth 5.3 ou superior, NFC, USB-C Bateria: Autonomia mínima de 4.500 mAh, com suporte a carregamento rápido e carregamento sem fio Outros recursos: Reconhecimento facial ou biometria; som estéreo; estrutura em material premium (vidro e metal ou titânio). Garantia: Mínima 01 (um) ano.	625691	UNID	03	R\$ 12.910,46	R\$ 38.731,38
10	Câmera Fotográfica Requisitos Técnicos Mínimos: Tipo de câmera: Mirrorless Full Frame Sensor: Full Frame (35mm) Resolução fotográfica: Mínimo 24 megapixels Gravação de vídeo: Mínimo 4K a 30 fps	621512	UNID	01	R\$ 14.223,50	R\$ 14.223,50



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Estabilização: Preferencialmente estabilização no corpo (IBIS) Conectividade Bluetooth e Wi-Fi integrados Autofoco: Sistema avançado com detecção de olhos/rostos Tela: Articulável ou inclinável com touchscreen Visor: Eletrônico de alta definição Formatos de mídia: Compatível com cartões SD UHS-I ou superiores Portas: Entrada para microfone externo, saída HDMI, USB-C Bateria Recarregável com autonomia para uso profissional Lente: Zoom 18-135mm (ou equivalente, compatível com o sistema da câmera) Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
11	Scanner A4 Requisitos Técnicos Mínimos: Tipo de Scanner: Alimentação vertical, scanner duplex colorido de uma passagem Dispositivo Fotoelétrico: CIS Umidade Relativa: Funcionamento: 10% - 80% (sem condensação) Capacidade Alimentador Automático: 50 folhas Tamanho Máximo para Digitalização: A4 (21x29,7cm) Tela LCD: Tela sensível ao toque mínimo de 4" Fonte de luz: LED RGB de 3 cores Profundidade de Cores: 30 bits interna / 24 bits externa Características Área máxima de digitalização: A 200 dpi - máx. 21,6 cm x 609,6 cm (8,5" x 240") / min. 5,1 cm x 5,1 cm (2" x 2") Ciclo Diário: 4000 páginas Páginas por minuto: 35 ppm Sistemas Operacionais: Windows® 10/11 (32-bit, 64-bit) / Windows® 8/8.1 (32-bit, 64-bit) Especificações Gerais Resolução óptica: 600 dpi / Resolução máxima interpolada: 1.200 dpi / Profundidade de bits do scanner: RGB: 30 bits de entrada / 24 bits de saída Consumo: 13W Velocidade de Scanner Mínimo: Preto e branco, colorido, tons de cinza, 300 dpi: 35 ppm (simplex) / 70 ipm (duplex) Interface: USB 3.2 de alta velocidade, Wi-Fi Ambiente Temperatura: Funcionamento - 5 °C a 35 °C / Umidade Relativa: Funcionamento - 10% - 80% (sem condensação) Softwares: Software para digitalização e OCR inclusos. Fonte Adaptador CA universal 100 V - 240 VAC (50 Hz/60 Hz) Papel: 27 g/m² – 413 g/m² Itens Inclusos Cabo de Alimentação, Cd Instalação c/ Manual, Manual do usuário	394558	UNID	07	R\$ 3.893,75	R\$ 27.256,25



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
12	Aparelho telefônico fixo Requisitos Técnicos Mínimos: 3 funções Flash, Redial/Redisar e Mute/Mudo 3 volumes de campainha 2 timbres de campainha Posições mesa e parede Dimensões Aproximadas: 187 x 137 x 90mm Duração do flash: 300 ms Características Técnicas: Sinalização de linha: pulso e tom Garantia: Mínima 01 (um) ano.	465497	UNID	30	R\$ 54.19	R\$ 1.625,70
13	Tablet Requisitos Técnicos Mínimos: Tela: Tecnologia LCD, IPS ou superior Tamanho mínimo de 11 (onze) polegadas Resolução mínima de 1920 x 1200 (WUXGA) Processador: Arquitetura ARM ou superior Mínimo de 8 (oito) núcleos Frequência compatível com uso multitarefa, navegação web, reprodução de vídeos em alta definição e aplicativos institucionais Memória RAM: Mínimo de 8 GB Armazenamento interno: Mínimo de 128 GB, tipo eMMC ou superior Expansível via cartão de memória microSD ou tecnologia equivalente Sistema Operacional: Android versão 13 ou superior, com suporte a atualizações de segurança Conectividade: Wi-Fi padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac (dual band ou superior) Bluetooth versão 5.0 ou superior Porta USB tipo C ou superior para carregamento e transferência de dados Câmeras: Câmera traseira com resolução mínima de 8 MP Câmera frontal com resolução mínima de 5 MP Áudio: Alto-falantes estéreo integrados Bateria: Capacidade compatível com autonomia mínima de 10 (dez) horas de uso moderado Sensores: Acelerômetro e sensor de orientação ou equivalentes Dimensões e peso: Compatíveis com uso portátil e institucional Acessórios: Carregador original do fabricante Cabo de alimentação e/ou dados	634186	UNID	20	R\$ 1.838,60	R\$ 36.772,00



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
14	Dobradiça da Tampa do Scanner da Impressora Pantum BM5100FDW 301022669001 Original Cor: Branco Garantia: Mínima 90 (noventa) dias.	478777	UNID	50	R\$ 50.77	R\$ 2.538,50
VALOR TOTAL:					R\$ 183.441,13	

1.4. Em caso de divergências entre as disposições deste Edital e seus Anexos e a descrição do objeto no sistema Comprasnet (Compras.gov.br), prevalecerão as deste Edital e seus anexos.

2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1. O critério de julgamento da presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

2.2. Todos os itens **serão exclusivos para** as empresas que se enquadrem na condição de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, que atuem no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

3. DO PREÇO MÁXIMO

3.1. A fixação de valor máximo para compra encontra fundamento na Constituição do Estado do Paraná, art. 27, inciso XXI, de modo que a proposta que contenha valor acima do limite imposto será desclassificada.

3.2. O valor máximo estimado da presente licitação é de **R\$ 183.441,13 (cento e oitenta e três mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e treze centavos)**.

3.3. O valor estimado detalhado encontra-se no **Anexo I** (Termo de Referência).

3.4. Os valores estimados serão executados de acordo com a necessidade da Câmara Municipal de Arapongas, ficando a mesma desobrigada de sua execução total.

3.5. A licitante deverá incluir, no preço ofertado, todas as despesas diretas e indiretas e todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, inclusive custos com frete, taxas e impostos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias do orçamento próprio da Câmara Municipal de Arapongas, conforme classificação abaixo:

Dotação Utilizada			
01.001.01.031.0001.2.001/4.4.90.52.35.00	–	EQUIPAMENTOS	DE
PROCESSAMENTO DE DADOS.			
01.001.01.031.0001.2.001/4.4.90.52.06.00	–	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE	
COMUNICAÇÃO.			
01.001.01.031.0001.2.001/4.4.90.52.33.00	–	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO,	
VÍDEO E FOTO.			

- 4.2. As despesas para os exercícios subsequentes correrão à conta dos respectivos recursos das dotações orçamentárias, aprovados nas correspondentes Lei orçamentárias anuais.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 5.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 5.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

5.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.6. Para todos os itens a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.7. A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.

5.9. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

- 5.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 5.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 5.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 5.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 5.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 5.8.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 5.8.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5.8.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.8.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 5.8.5. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 5.8.6. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 5.8.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 5.10. O impedimento de que trata o item 5.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.8.2 e 5.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 5.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 5.13. O disposto nos itens 5.8.5 e 5.8.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 5.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 5.15. A vedação de que trata o item 5.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ART. 55)

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação manterá o curso normal sendo executada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta **COM O MENOR PREÇO**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 6.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 6.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 6.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 6.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 6.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 6.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 6.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 6.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 6.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 6.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 6.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 6.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 6.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 6.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
 - 6.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 7.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 7.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 6.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 8.1.1. Proposta de preços, contendo as informações do modelo do **Anexo II deste Edital**, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

- 8.1.2. Preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

- 8.1.3. Marca/ Fabricante e Modelo; (quando houver);

- 8.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

- 7.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 7.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 7.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 7.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 7.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 7.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES - (ART. 55)

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO DOS ITENS** a serem adquiridos.
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10 (dez centavos).
- 8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 8.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 8.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.19.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO (ART. 59)

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.8 do edital especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a. SICAF;
 - b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e
 - c. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).
- 10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 10.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 10.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência
- 10.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 10.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 10.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 10.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 10.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 10.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 10.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 10.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.9. Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexecuível.
- 10.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 10.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 10.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 10.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 10.14. Confirmadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.
- 10.15. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Arapongas ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 10.16. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 10.17. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 11.9. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.9.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 11.10. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 11.10.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 11.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por formato digital.
- 11.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 11.13. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 11.14. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11.15. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 11.16. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 11.16.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 11.17. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 11.17.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 11.18. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 11.18.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **02hr00 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 11.18.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 11.19. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 11.19.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 11.19.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 11.20. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.18.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02hr00 (DUAS) HORAS**, para:
- 11.20.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 11.20.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.20.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

----- Estado do Paraná -----

- 11.20.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 11.20.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 11.20.6. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 11.20.7. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.18.1.
- 11.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 11.24. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 11.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12. HABILITAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

12.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances;

12.2. habilitação Jurídica:

- a. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio "<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>";
- c. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.2.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação e, ainda, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.3. **qualificação Econômico-Financeira:**

- a. certidão negativa de falência, concordata Preventiva ou Recuperação de Empresa (judicial/extrajudicial) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante (as certidões que não mencionarem de forma expressa o prazo de vigência, somente serão aceitas se emitidas com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data assinalada para recebimento dos envelopes);

12.4. **regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b. prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certidão de Regularidade de Fiscal (CRF);
- c. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal do domicílio ou sede do proponente, e Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- d. prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

f. certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

12.4.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.4.2. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

12.4.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.4.4. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

12.5. Qualificação técnica:

12.5.1. Não se aplica

12.6. Declarações

12.6.1. As declarações serão exigidas conforme o item 6.3 deste edital, **com exceção da declaração de inexistência de nepotismo, em consonância com o disposto no Prejulgado nº. 09 do tribunal de Contas do Estado do Paraná**, conforme Anexo III

12.7. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.
- d. (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>)
- e. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- f. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- g. Consulta de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública -TCE Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>)
- h. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- i. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

12.7.1. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

12.7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.7.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 12.7.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 12.7.2.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 12.7.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 12.8. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 12.8.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 12.8.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 12.9. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, **no prazo de 02hr00 (DUAS) HORAS**, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários, sob pena de inabilitação.
- 12.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 12.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 12.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 12.14. O fornecedor enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:
- a. da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e;
 - b. da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 12.16. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 12.16.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 12.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

13. CONTRATAÇÃO

- 13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.
- 13.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados **a partir do recebimento de e-mail (correio eletrônico)**, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 13.3. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

13.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze), a partir de sua publicação, **prorrogável por igual período**, conforme previsão no Termo de Referência e nos anexos a este Edital de Licitação.

13.5. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.cmarapongas.pr.gov.br**, no link Licitações.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES (ART.155)

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5. fraudar a licitação;

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

- 15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

----- Estado do Paraná -----

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, dirigida ao Pregoeiro (com dados mínimos como nome completo do responsável, endereço, telefone e e-mail), pelo e-mail licitacao@cmaraapongas.pr.gov.br.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cmarapongas.pr.gov.br, no link Licitações.
- 17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- a. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
 - b. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA
 - c. ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
 - d. ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO.

Arapongas, 01 de junho de 2026.

MARCIO ANTONIO NICKENIG
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N ° 007/2025

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de equipamentos, periféricos e acessórios de tecnologia da informação e comunicação (tic), destinados à modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal de Arapongas, conforme especificações constantes na “tabela 1” e demais condições estabelecidas neste termo de referência.

1.2. A presente contratação contempla, além da ampliação e modernização da infraestrutura tecnológica, a reposição de componentes e peças específicas de equipamentos já existentes, indispensáveis à manutenção da operacionalidade do parque tecnológico, conforme identificado no estudo técnico preliminar, não se caracterizando como contratação de serviços continuados.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMA T	UNID .	QTD E	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	Access Point (Wi-fi) Ubiquiti - Unifi U6 Pro com Fonte Garantia: Mínima 01 (um) ano.	609339	UNID .	07	R\$ 1.438,74	R\$ 10.071,18
2	Switch 24 Portas – Gigabit Requisitos Técnicos Mínimos: Switch 10/100/1000 Interface: 24 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX) Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), Protocolo CSMA/CD Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m)	618774	UNID .	05	R\$ 675,96	R\$ 3.379,80



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m)</p> <p>Taxa de Transferência: Ethernet: 10 Mbps (half duplex), 20 Mbps (full duplex) Fast Ethernet: 100 Mbps (half duplex), 200 Mbps (full duplex) Gigabit Ethernet: 2000 Mbps (full duplex)</p> <p>Capacidade de Comutação: 48 Gbps Taxa de Encaminhamento: 35,71 Mpps Tabela de Endereços MAC: 8K (aprendizado e atualização automática) Buffer de Memória: 4 Mbit Jumbo Frame: até 10 Kbytes Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward) QoS: Algoritmo WRR (Weighted Round Robin) Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz (bivolt automático) Fonte interna Proteção: Contra surtos de até 8 kV Ambiente de Operação: Temperatura -10 °C a +55 °C Umidade 0% a 95% (sem condensação) Certificações: Anatel Montagem: Montável em rack padrão EIA 19" com altura 1U Material: Estrutura em aço Conteúdo: kit de instalação e kit de alimentação Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
3	<p>Switch 16 Portas – Gigabit Requisitos Técnicos Mínimos: Switch 10/100/1000 Interface: 16 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX) Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), Protocolo CSMA/CD</p> <p>Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m) 1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m)</p> <p>Taxa de Transferência: Ethernet: 10 Mbps (half duplex), 20 Mbps (full duplex) Fast Ethernet: 100 Mbps (half duplex), 200 Mbps (full duplex) Gigabit Ethernet: 2000 Mbps (full duplex)</p>	300719	UNID	03	R\$ 630,02	R\$ 1.890,06



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Capacidade de Comutação: 32 Gbps Taxa de Encaminhamento: 23,81 Mpps Tabela de Endereços MAC: 8K (aprendizado e atualização automática) Buffer de Memória: 4 Mbit Jumbo Frame: até 10 Kbytes Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward) QoS: Algoritmo WRR (Weighted Round Robin) Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz (bivolt automático) Fonte interna Proteção: Contra surtos de até 8 kV Ambiente de Operação: Temperatura -10 °C a +55 °C Umidade 0% a 95% (sem condensação) Certificações: Anatel Montagem: Montável em rack padrão EIA 19" com altura 1U Material: Estrutura em aço Conteúdo: kit de instalação e kit de alimentação Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
4	Switch 8 Portas – Gigabit Requisitos Técnicos Mínimos: Switch 10/100/1000 Interface: 8 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX) Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), IEEE 802.3az (Energy Efficient Ethernet) Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m) 1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m) Capacidade de Comutação (Backplane): 16 Gbps Taxa de Encaminhamento: 10 Mbps: 14.880 PPS 100 Mbps: 148.800 PPS 1000 Mbps: 1.488.000 PPS Tabela de Endereços MAC: 4K (aprendizado e atualização automática) Buffer de Memória: 192 kB Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward) QoS: Priorização IEEE 802.1p, quatro filas de prioridade por porta, algoritmo WFQ Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz Saída 12VDC / 1A Tensão de operação 12-24VDC Consumo Máximo: 4,5 W Ambiente de Operação: Temperatura 0 °C a 55 °C Umidade 10% a 90% sem condensação	625872	UNID	08	R\$ 271,62	R\$ 2.172,96



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Temperatura de Armazenamento: -40 °C a 70 °C Umidade 5% a 90% sem condensação Certificações: Anatel Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
05	Monitores 23.8" Requisitos Técnicos Mínimos: Tamanho da Tela: 23,8" Tipo de Painel: VA Resolução Máxima: 1920 × 1080 (Full HD) Brilho: 250 cd/m² Contraste: 3000:1 Tempo de Resposta: 4 a 14 ms Ângulo de Visão: 178° horizontal / 178° vertical Formato de Tela: 16:9 Taxa de Atualização: 60 Hz Conectividade: HDMI e VGA Acessórios Inclusos: Cabo HDMI Alto-falante Integrado: Não Near Edgeless (Quase sem bordas): Sim Ajustes do Suporte: Elevação, inclinação, rotação e articulação Eficiência Energética: Certificação Energy Star 7.0 Cor do Suporte e Monitor: Preto Garantia: Mínima 01 (um) ano.	619128	UNID	10	R\$ 1.308,18	R\$ 13.081,80
06	Notebook Equipamento de Referência Tipo Notebook para uso corporativo/administrativo, novo, de primeiro uso, sem recondicionamento. Processador Processador com arquitetura x86-64, para uso móvel Mínimo de 10 núcleos físicos ou híbridos Frequência turbo mínima de até 5,0 GHz Cache mínimo de 12 MB Desempenho equivalente ou superior à 13ª geração da linha Intel Core i7 para notebooks Sistema Operacional Sistema operacional Windows 11, em português (Brasil) Licença original, permanente, devidamente ativada Versão compatível com uso corporativo Placa de Vídeo Controladora gráfica integrada ao processador Suporte a resolução Full HD ou superior Memória gráfica compartilhada Tela Tela de 15,6 polegadas Resolução mínima Full HD (1920 x 1080) Tecnologia antirreflexo Taxa de atualização mínima de 120 Hz Brilho mínimo de 220 nits	613309	UNID	06	R\$ 4.990,00	R\$ 29.940,00



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

<p>Painel com ampla visão (WVA, IPS ou equivalente)</p> <p>Memória RAM 16 GB DDR4 ou superior Frequência mínima de 2666 MT/s Possuir pelo menos 2 slots, permitindo expansão (desde que não inferior à memória exigida)</p> <p>Armazenamento Unidade de estado sólido (SSD) Capacidade mínima de 512 GB Leitor de cartão SD Slot M.2 compatível Interface PCIe NVMe M.2</p> <p>Teclado Teclado padrão ABNT2 (Português – Brasil) Integrado ao equipamento Não retroiluminado (aceita-se retroiluminado como melhoria)</p> <p>Webcam Webcam integrada Resolução mínima HD (720p) Microfone digital integrado</p> <p>Áudio Alto-falantes estéreo integrados Potência mínima total de 4 W</p> <p>Conectividade Rede sem fio compatível com Wi-Fi 6 (802.11ax) ou superior Tecnologia MU-MIMO Bluetooth integrado</p> <p>Portas e Conexões Mínimo de: 1 porta HDMI 1 porta USB Tipo-C (dados) 2 portas USB Tipo-A 1 conector para fone/microfone 1 conector para alimentação</p> <p>Slots de Expansão com SSD padrão 2230 ou 2280</p> <p>Bateria Bateria integrada Mínimo de 4 células Capacidade mínima de 54 Wh Autonomia mínima estimada de 9 horas, conforme metodologia do fabricante</p> <p>Fonte de Alimentação Adaptador de energia 65 W Compatível com rede elétrica bivolt automático (110–220V)</p>					
---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Construção e Acabamento Chassi em material resistente (policarbonato, plástico de engenharia ou equivalente) Cor neutra (preto, cinza ou equivalente) Dimensões e Peso Peso máximo: até 1,7 kg Dimensões compatíveis com notebooks de 15,6" Garantia: Mínima 01 (um) ano, em regime onsite (atendimento nas dependências da CONTRATANTE).					
07	Teclado com Fio Teclado com fio, padrão completo de 3 zonas, conexão USB-A, projetado para uso corporativo. Deve ser resistente a uso contínuo, com teclas de longa durabilidade, inclinação ajustável e compatibilidade com os principais sistemas operacionais. Requisitos Técnicos Mínimos: Layout: padrão de 3 zonas, com no mínimo 104 teclas Idioma/layout: ABNT2 (Português Brasil) ou equivalente, com tecla "Ç" Cor: Preto Tempo de vida do teclado Até 10 milhões de cliques Estilo das teclas: estilo ilha ou equivalente, de baixo perfil Tipo de acionamento: do tipo plunger ou equivalente Espaçamento entre teclas: aproximadamente 19 mm (horizontal e vertical) Inclinação ajustável: obrigatória Resistência: resistente a respingos e desgaste Conectividade: USB com fio (padrão USB-A) Comprimento do cabo: mínimo de 2,0 m Dimensões aproximadas do produto: Altura: até 35 mm Peso do produto: até 0,85 kg Compatibilidade de hardware: computadores com porta USB-A disponível Compatibilidade de software: Windows 10 ou superior Condições de operação: Garantia: Mínima 01 (um) ano.	451817	UNID	15	R\$ 78,23	R\$ 1,173,45
08	Mouse com Fio Mouse óptico com fio, design ambidestro, conexão USB, desenvolvido para uso corporativo contínuo. Deve apresentar alta durabilidade, precisão adequada para atividades de escritório e compatibilidade com os principais sistemas operacionais. Requisitos Técnicos Mínimos: Cor: Preto	451822	UNID	15	R\$ 38,97	R\$ 584,55



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Design: Ambidestro, ergonômico, adequado para destros e canhotos Peso máximo: até 80 g</p> <p>Dimensões aproximadas: Altura: até 35 mm Largura: até 65 mm Profundidade: até 115 mm</p> <p>Número de botões: mínimo de 3 (clique esquerdo, clique direito e botão de rolagem)</p> <p>Durabilidade dos botões: Clique esquerdo/direito: mínimo de 8 milhões de acionamentos Clique do scroll: mínimo de 100.000 acionamentos</p> <p>Roda de rolagem: obrigatória, com movimento para cima e para baixo</p> <p>Sensor: óptico Resolução (DPI): mínima de 1600 DPI Conectividade: USB, com fio Comprimento do cabo: mínimo de 1,8 m Compatibilidade de hardware: computadores com porta USB disponível Compatibilidade de software: Windows 7 ou superior (incluindo Windows 8, 8.1, 10 e 11)</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
09	<p>Celular Requisitos Técnicos Mínimos: O aparelho a ser adquirido deverá atender, obrigatoriamente, às seguintes especificações técnicas mínimas: Armazenamento interno: Mínimo 1TB (<i>terabyte</i>) Memória RAM: Mínimo de 12 GB Processador: Processador topo de linha de última geração, compatível com desempenho equivalente ou superior ao Apple A18 Pro ou Snapdragon 8 Gen 4 Sistema Operacional: iOS ou Android, em sua versão mais recente disponível na data da entrega, com garantia mínima de 5 (cinco) anos de atualizações de segurança Tela: Tecnologia OLED, AMOLED ou Super Retina tamanho mínimo de 6,7 polegadas, resolução mínima QHD+, taxa de atualização adaptativa de até 120 Hz Câmera traseira: Conjunto de câmeras com sensor principal mínimo de 48 MP, incluindo lente teleobjetiva com zoom óptico avançado e lente ultra-angular, com gravação de vídeo em resolução mínima 4K a 60 fps</p>	625691	UNID	03	R\$ 12.910,46	R\$ 38.731,38



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Câmera frontal: Mínimo de 12 MP, com gravação em 4K</p> <p>Recursos de gravação Modos profissionais de foto e vídeo (RAW, ProRes ou equivalentes), estabilização óptica de imagem e recursos avançados de pós-processamento</p> <p>Resistência: Certificação IP68 ou superior (resistência à água e poeira)</p> <p>Conectividade: 5G, Wi Fi 6E ou superior, Bluetooth 5.3 ou superior, NFC, USB-C</p> <p>Bateria: Autonomia mínima de 4.500 mAh, com suporte a carregamento rápido e carregamento sem fio</p> <p>Outros recursos: Reconhecimento facial ou biometria; som estéreo; estrutura em material premium (vidro e metal ou titânio).</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
10	<p>Câmera Fotográfica</p> <p>Requisitos Técnicos Mínimos:</p> <p>Tipo de câmera: Mirrorless Full Frame</p> <p>Sensor: Full Frame (35mm)</p> <p>Resolução fotográfica: Mínimo 24 megapixels</p> <p>Gravação de vídeo: Mínimo 4K a 30 fps</p> <p>Estabilização: Preferencialmente estabilização no corpo (IBIS)</p> <p>Conectividade Bluetooth e Wi-Fi integrados</p> <p>Autofoco: Sistema avançado com detecção de olhos/rostos</p> <p>Tela: Articulável ou inclinável com touchscreen</p> <p>Visor: Eletrônico de alta definição</p> <p>Formatos de mídia: Compatível com cartões SD UHS-I ou superiores</p> <p>Portas: Entrada para microfone externo, saída HDMI, USB-C</p> <p>Bateria Recarregável com autonomia para uso profissional</p> <p>Lente: Zoom 18-135mm (ou equivalente, compatível com o sistema da câmera)</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>	621512	UNID	01	R\$ 14.223,50	R\$ 14.223,50
11	<p>Scanner A4</p> <p>Requisitos Técnicos Mínimos:</p> <p>Tipo de Scanner: Alimentação vertical, scanner duplex colorido de uma passagem</p> <p>Dispositivo Fotoelétrico: CIS</p> <p>Umidade Relativa: Funcionamento: 10% - 80% (sem condensação)</p> <p>Capacidade Alimentador Automático: 50 folhas</p> <p>Tamanho Máximo para Digitalização: A4 (21x29,7cm)</p> <p>Tela LCD: Tela sensível ao toque mínimo de 4"</p> <p>Fonte de luz: LED RGB de 3 cores</p> <p>Profundidade de Cores: 30 bits interna / 24 bits externa</p> <p>Características Área máxima de digitalização: A 200 dpi - máx. 21,6 cm x 609,6 cm (8,5" x 240") / min. 5,1 cm x 5,1 cm (2" x 2")</p>	394558	UNID	07	R\$ 3.893,75	R\$ 27.256,25



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Ciclo Diário: 4000 páginas Páginas por minuto: 35 ppm Sistemas Operacionais: Windows® 10/11 (32-bit, 64-bit) / Windows® 8/8.1 (32-bit, 64-bit) Especificações Gerais Resolução óptica: 600 dpi / Resolução máxima interpolada: 1.200 dpi / Profundidade de bits do scanner: RGB: 30 bits de entrada / 24 bits de saída Consumo: 13W Velocidade de Scanner Mínimo: Preto e branco, colorido, tons de cinza, 300 dpi: 35 ppm (simplex) / 70 ipm (duplex) Interface: USB 3.2 de alta velocidade, Wi-Fi Ambiente Temperatura: Funcionamento - 5 °C a 35 °C / Umidade Relativa: Funcionamento - 10% - 80% (sem condensação) Softwares: Software para digitalização e OCR inclusos. Fonte Adaptador CA universal 100 V - 240 VAC (50 Hz/60 Hz) Papel: 27 g/m² – 413 g/m² Itens Inclusos Cabo de Alimentação, Cd Instalação c/ Manual, Manual do usuário Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
12	<p>Aparelho telefônico fixo Requisitos Técnicos Mínimos: 3 funções Flash, Redial/Rediscar e Mute/Mudo 3 volumes de campainha 2 timbres de campainha Posições mesa e parede Dimensões Aproximadas: 187 x 137 x 90mm Duração do flash: 300 ms Características Técnicas: Sinalização de linha: pulso e tom Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>	465497	UNID	30	R\$ 54.19	R\$ 1.625,70
13	<p>Tablet Requisitos Técnicos Mínimos: Tela: Tecnologia LCD, IPS ou superior Tamanho mínimo de 11 (onze) polegadas Resolução mínima de 1920 x 1200 (WUXGA) Processador: Arquitetura ARM ou superior Mínimo de 8 (oito) núcleos Frequência compatível com uso multitarefa, navegação web, reprodução de vídeos em alta definição e aplicativos institucionais Memória RAM: Mínimo de 8 GB Armazenamento interno: Mínimo de 128 GB, tipo eMMC ou superior Expansível via cartão de memória microSD ou tecnologia equivalente Sistema Operacional: Android versão 13 ou superior, com suporte a atualizações de segurança</p>	634186	UNID	20	R\$ 1.838,60	R\$ 36.772,00



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Conectividade: Wi-Fi padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac (dual band ou superior) Bluetooth versão 5.0 ou superior Porta USB tipo C ou superior para carregamento e transferência de dados</p> <p>Câmeras: Câmera traseira com resolução mínima de 8 MP Câmera frontal com resolução mínima de 5 MP</p> <p>Áudio: Alto-falantes estéreo integrados</p> <p>Bateria: Capacidade compatível com autonomia mínima de 10 (dez) horas de uso moderado</p> <p>Sensores: Acelerômetro e sensor de orientação ou equivalentes Dimensões e peso: Compatíveis com uso portátil e institucional</p> <p>Acessórios: Carregador original do fabricante Cabo de alimentação e/ou dados</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
14	<p>Dobradiça da Tampa do Scanner da Impressora Pantum BM5100FDW 301022669001 Original Cor: Branco Garantia: Mínima 90 (noventa) dias.</p>	478777	UNID	50	R\$ 50.77	R\$ 2.538,50
VALOR TOTAL:						R\$ 183.441,13

Tabela 1

1.3. Os objetos desta contratação são divisíveis e serão contratados individualmente, de modo que a disputa ocorrerá por item, visando ampliar a competitividade, estimular a ampla concorrência e possibilitar a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração;

1.4. Os objetos a serem adquiridos neste processo enquadram-se na categoria de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, aplicáveis ao fornecimento de equipamentos, periféricos e acessórios de TIC;

1.5. Os objetos desta contratação não possuem natureza continuada, tratando-se de aquisição de bens, cuja necessidade decorre da modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal de Arapongas;



1.6. Em caso de divergência entre as disposições deste Termo de Referência, do Edital e a descrição do objeto no sistema Comprasnet (*Compras.gov.br*), prevalecerão, sucessivamente, as disposições constantes neste Termo de Referência e no Edital.

1.7. Justificativa técnica para padronização / especificação de marca

1.7.1. Com fundamento no art. 41, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a especificação da marca Ubiquiti, modelo UniFi 6 Access Point, para o Item 1 da Tabela 1, em razão da necessidade de assegurar compatibilidade técnica com plataformas e padrões já adotados pela Câmara Municipal de Arapongas;

1.7.2. A infraestrutura de rede sem fio da Câmara Municipal é composta integralmente por equipamentos da linha Ubiquiti UniFi U6 Pro, os quais são gerenciados de forma centralizada por meio da plataforma UniFi Network Server. Este sistema permite administração unificada, aplicação de políticas de segurança e monitoramento em tempo real de toda a rede.

1.7.3. A especificação do modelo UniFi U6 Pro é tecnicamente necessária para garantir, entre outros aspectos:

1.7.3.1. Compatibilidade de Sistema: O UniFi Server apenas gerencia equipamentos UniFi, sendo incompatível com outros fabricantes;

1.7.3.2. Roaming Seamless: Funcionalidade exclusiva Unifi que permite mobilidade sem interrupção de conectividade;

1.7.3.3. Gestão Centralizada: Manutenção do sistema único de administração, monitoramento e aplicação de políticas de segurança;

1.7.3.4. Integração Plena: Funcionamento conjunto com equipamentos já instalados;

1.7.4. A adoção de equipamentos de fabricantes distintos ocasionaria:

1.7.4.1. Custos adicionais com novos sistemas de gerenciamento e licenças;

1.7.4.2. Perda de funcionalidades críticas (roaming automático, monitoramento unificado);

1.7.4.3. Fragmentação da gestão da rede e aumento de complexidade operacional;



1.7.4.4. Riscos de instabilidade e vulnerabilidade de segurança;

1.7.4.5. Desconformidade com os princípios da economicidade e eficiência (art. 5º, Lei 14.133/2021)

1.7.5. Dessa forma, a especificação da marca e modelo Ubiquiti UniFi U6 Pro configura solução técnica e economicamente mais vantajosa, garantindo compatibilidade com a infraestrutura já existente, preservação do investimento público realizado e continuidade operacional dos serviços da Câmara Municipal;

1.7.6. A medida atende ao interesse público e observa os princípios da economicidade, eficiência, padronização, planejamento, razoabilidade e continuidade do serviço público, enquadrando-se na hipótese legal de indicação de marca prevista no art. 41, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021;

1.7.7. A especificação da peça de reposição “Dobradiça da Tampa do Scanner da Impressora Pantum BM5100FDW – original”, referente ao “ITEM 14” da “Tabela 1”, fundamenta-se na necessidade de assegurar plena compatibilidade mecânica, dimensional e funcional com o equipamento já pertencente ao patrimônio da Câmara Municipal de Arapongas, evitando riscos de inadequação física, falhas de encaixe, comprometimento da estrutura do scanner ou prejuízo ao seu desempenho operacional;

1.7.8. A utilização de peça não original ou sem comprovação de equivalência técnica pode resultar em incompatibilidades, redução da vida útil do equipamento, aumento da incidência de falhas e elevação dos custos de manutenção, configurando alternativa tecnicamente inadequada e economicamente desvantajosa. Dessa forma, a especificação da peça original mostra-se necessária para assegurar a continuidade de uso do equipamento, a preservação do investimento público e o atendimento ao interesse da Administração, em conformidade com o art. 41, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

1.8. Garantia e assistência técnica

1.8.1. Todos os equipamentos, periféricos e acessórios de TIC, conforme “Tabela 1”, a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não recondicionados, acompanhados de garantia mínima contra defeitos de fabricação, bem como de suporte técnico prestado por rede autorizada no território nacional, conforme indicado nas



especificações técnicas da “Tabela 1” deste Termo de Referência; e as especificações a seguir, de acordo com a natureza de cada item:

1.8.1.1. Monitores e Notebooks

1.8.1.1.1. Os monitores e notebooks deverão possuir garantia mínima de 12 meses, prestada pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada no Brasil, abrangendo peças e mão de obra. No caso dos notebooks, a garantia deverá ser do tipo onsite, com atendimento no local ou conforme política oficial do fabricante, visando reduzir o tempo de indisponibilidade do equipamento e assegurar a continuidade das atividades administrativas e legislativas.

1.8.1.2. Equipamentos de Rede (Switches e Access Points)

1.8.1.2.1. Os switches de rede e pontos de acesso Wi-Fi deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, com cobertura contra defeitos de fabricação e suporte técnico compatível com uso corporativo, assegurando substituição ou reparo do equipamento conforme as condições do fabricante.

1.8.1.3. Equipamentos de Mobilidade e Comunicação

1.8.1.3.1. Os tablets e aparelhos celulares institucionais deverão contar com garantia mínima de 12 (doze) meses, com assistência técnica autorizada no Brasil, incluindo suporte para eventuais atualizações de firmware e correções relacionadas à segurança e funcionamento do equipamento.

1.8.1.4. Equipamentos de Digitalização e Imagem

1.8.1.4.1. O scanner A4 duplex e a câmera fotográfica profissional deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, com cobertura de peças e mão de obra, prestada por rede autorizada no território nacional, considerando o uso contínuo e institucional desses equipamentos.

1.8.1.5. Periféricos e Equipamentos de Telefonia

1.8.1.5.1. Os teclados, mouses e aparelhos telefônicos fixos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, compatível com uso corporativo, assegurando reposição ou reparo em caso de defeitos de fabricação.

1.8.1.6. Peças de Reposição



1.8.1.6.1. As peças de reposição, especificamente a dobradiça da tampa do scanner da impressora Pantum BM5100FDW, deverão possuir garantia mínima legal, assegurando compatibilidade plena com o equipamento existente e funcionamento adequado após a substituição.

1.8.1.7. Condições Gerais de Assistência Técnica

1.8.1.7.1. A contratada deverá garantir que todos os equipamentos e peças fornecidos estejam acompanhados de manuais, termos de garantia e informações de suporte técnico, em língua portuguesa, bem como assegurar que a assistência técnica esteja disponível no Brasil durante todo o período de garantia.

1.8.2. A garantia deverá compreender a substituição de peças, componentes e equipamentos defeituosos, sem ÔNUS adicional para a CONTRATANTE, incluindo mão de obra, logística e demais custos necessários à plena restauração das condições de funcionamento;

1.8.3. Para os equipamentos que possuam previsão específica de garantia em regime ONSITE, o atendimento deverá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, por rede autorizada ou assistência técnica credenciada pelo fabricante;

1.8.4. A exigência de garantia visa assegurar a confiabilidade dos equipamentos adquiridos, a continuidade operacional da infraestrutura tecnológica e a proteção do investimento público, em conformidade com os objetivos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, período no qual deverão estar compreendidas a entrega dos equipamentos, o recebimento definitivo e a vigência das garantias, sem caracterização de prestação de serviços continuados, podendo ser prorrogado, quando tecnicamente justificado e no interesse da Administração, nas hipóteses e limites previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quando necessário à plena execução do objeto ou à cobertura do período de garantia dos bens adquiridos;



2.2. O prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que devidamente justificado e observado o interesse público, nas hipóteses e limites previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.3. O contrato estabelecerá de forma detalhada as regras aplicáveis à vigência, prazos de entrega, recebimento, garantia, responsabilidades das partes e demais condições necessárias à execução da contratação.

2.4. A minuta do contrato integra o presente Termo de Referência para todos os fins.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Câmara Municipal de Arapongas enfrenta atualmente limitações em sua infraestrutura tecnológica que impactam diretamente a eficiência, a continuidade e a qualidade das atividades legislativas, administrativas e institucionais. O crescimento do volume de informações, a ampliação do uso de sistemas informatizados, a necessidade de mobilidade e a modernização dos processos internos tornam indispensável a atualização e complementação dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

3.2. No que se refere à infraestrutura de rede, os equipamentos atualmente em uso apresentam limitações de capacidade, desempenho e estabilidade, ocasionando gargalos em ambientes com maior tráfego de dados, além de cobertura insuficiente de sinal Wi-Fi em determinados setores. A ampliação da rede cabeada e sem fio é essencial para assegurar conectividade estável, segura e compatível com as demandas atuais e futuras.

3.3. Quanto aos postos de trabalho, verifica-se que a utilização de estações com monitor único reduz a produtividade em atividades que exigem uso simultâneo de sistemas legislativos, processos administrativos, análise de documentos, elaboração de pareceres e consultas normativas. A aquisição de monitores adicionais possibilita melhor organização das tarefas, ganho de eficiência operacional e maior ergonomia no ambiente de trabalho. De forma complementar, faz-se necessária a aquisição de teclados e mouses para reposição imediata em caso de falhas, evitando paralisações e garantindo a continuidade dos serviços.

3.4. A mobilidade institucional demanda notebooks e tablets para utilização em reuniões externas, comissões, atividades administrativas, processos licitatórios e sessões



legislativas, garantindo flexibilidade, agilidade e redução da dependência de documentos físicos.

- 3.5. Da mesma forma, a necessidade de tablets se justifica como ferramenta de apoio ao vereador e pessoal de apoio no plenário, consulta rápida de documentos, acompanhamento de pautas, acesso a sistemas institucionais e suporte a atividades parlamentares como votação e administrativas, ampliando a eficiência e reduzindo a dependência de documentos físicos.
- 3.6. No âmbito da digitalização e gestão documental, há necessidade de scanners A4 duplex de alto desempenho para atendimento da demanda diária de digitalização de processos administrativos e legislativos. A ausência desse equipamento compromete a modernização dos fluxos internos e a implementação efetiva de processos eletrônicos.
- 3.7. Para a comunicação institucional e cerimonial, faz-se necessária a aquisição de câmera fotográfica profissional e de aparelho celular institucional, destinados ao registro e à divulgação de eventos oficiais, sessões solenes, audiências públicas e demais atividades institucionais. Para tanto, é imprescindível a aquisição de câmera fotográfica profissional, capaz de produzir imagens e vídeos com qualidade compatível com o caráter institucional do material, bem como de aparelho celular institucional, destinado ao uso exclusivo do setor de Cerimonial e Comunicação, garantindo registros audiovisuais de alta qualidade, segurança da informação e longevidade tecnológica.
- 3.8. No que tange à telefonia, a Câmara Municipal mantém atendimento ao público e comunicação interna por meio de telefonia fixa, sendo necessária a aquisição de aparelhos telefônicos para substituição de equipamentos obsoletos ou defeituosos, assegurando a continuidade do serviço e o adequado atendimento à população.
- 3.9. Adicionalmente, visando assegurar a manutenção e continuidade operacional dos equipamentos já existentes, torna-se necessária a aquisição de peças de reposição específicas, como a dobradiça da tampa do scanner da impressora Pantum BM5100FDW permitindo a rápida substituição em caso de desgaste ou dano, evitando a interrupção dos serviços e a necessidade de substituição integral do equipamento.



3.10. Dessa forma, a presente contratação visa suprir deficiências identificadas, modernizar a infraestrutura tecnológica ampliar a capacidade operacional e garantir suporte adequado às atividades legislativas, administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Arapongas, assegurando eficiência, continuidade dos serviços públicos e melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 4.1. A solução consiste no fornecimento de equipamentos, periféricos e acessórios de TIC, novos, de primeiro uso, acompanhados de garantia mínima, destinados à ampliação, modernização e manutenção da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal de Arapongas.
- 4.2. O ciclo de vida do objeto compreende as etapas de aquisição, entrega, recebimento, utilização, garantia e eventual substituição, observando-se as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.3. Os equipamentos serão entregues, incorporados ao parque tecnológico da instituição e utilizados conforme as necessidades dos setores, contribuindo para melhoria da conectividade, produtividade, mobilidade institucional, digitalização de processos e qualidade dos serviços públicos.
- 4.4. A aquisição de equipamentos adequados e compatíveis com padrões de mercado contribui para a otimização dos recursos públicos, redução de falhas, maior durabilidade e menor custo de manutenção.
- 4.5. Com a presente contratação, a Câmara Municipal de Arapongas pretende alcançar os seguintes resultados:
 - 4.5.1. Modernização da infraestrutura tecnológica, assegurando compatibilidade com as demandas atuais de sistemas legislativos, administrativos e de comunicação institucional;
 - 4.5.2. Melhoria da conectividade e estabilidade da rede, reduzindo falhas, gargalos e indisponibilidades que impactam diretamente o desempenho das atividades internas;



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 4.5.3. Aumento da produtividade dos servidores e agentes públicos, por meio da adequação dos postos de trabalho, especialmente com a adoção de estações com múltiplos monitores e equipamentos periféricos confiáveis;
- 4.5.4. Ampliação da mobilidade institucional, garantindo suporte adequado para atividades realizadas fora do ambiente físico da Câmara, como reuniões externas, comissões, sessões itinerantes e atividades administrativas descentralizadas;
- 4.5.5. Modernização e eficiência na gestão documental, com maior capacidade de digitalização, organização e preservação de documentos físicos;
- 4.5.6. Aprimoramento da comunicação institucional e do cerimonial, assegurando registros audiovisuais de qualidade compatível com o caráter oficial dos atos legislativos e institucionais;
- 4.5.7. Continuidade dos serviços públicos, por meio da substituição preventiva de equipamentos obsoletos, reposição imediata de periféricos e manutenção de equipamentos já existentes.

4.6. Justificativa da Solução Adotada

- 4.6.1. A solução proposta neste Termo de Referência foi definida com base na análise técnica e econômica constante no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no qual foram avaliadas alternativas para atendimento da necessidade identificada, tais como a manutenção dos equipamentos atualmente em uso e a locação de equipamentos.
- 4.6.2. A alternativa de reparo dos equipamentos existentes mostrou-se tecnicamente limitada e economicamente desvantajosa, tendo em vista a obsolescência de parte significativa do parque tecnológico, a elevação dos custos de manutenção corretiva, a ausência de garantia de continuidade operacional e as limitações estruturais relacionadas a desempenho, capacidade de processamento e conectividade.
- 4.6.3. Por sua vez, a alternativa de locação foi descartada em razão do maior custo total ao longo do tempo, da inexistência de incorporação dos bens ao patrimônio público, das restrições quanto à padronização e integração à infraestrutura tecnológica existente, bem como da dependência contínua de terceiros para manutenção e suporte.
- 4.6.4. Diante desse cenário, concluiu-se que a aquisição dos equipamentos constitui a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, por



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

permitir a padronização tecnológica, a integração com a infraestrutura existente, o melhor controle sobre os ativos, a otimização dos custos no médio e longo prazo e a redução de riscos de indisponibilidade.

4.6.5.A solução adotada atende aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, padronização e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, encontrando-se plenamente alinhada às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Arapongas e ao interesse público.

4.7. Análise de Riscos

4.7.1.A análise de riscos relacionada à presente contratação encontra-se devidamente registrada e detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no qual foram identificados, avaliados e tratados os principais riscos associados às fases de planejamento, seleção do fornecedor, execução contratual e uso dos bens adquiridos.

4.7.2.Os riscos mapeados no ETP serão mitigados, no âmbito da execução contratual, por meio das exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, das condições de garantia e assistência técnica, dos procedimentos de recebimento, da atuação do gestor e dos fiscais do contrato, bem como da aplicação das sanções administrativas previstas, quando cabíveis.

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇO

5.1. O custo estimado total da contratação corresponde ao valor máximo aceitável, no montante de R\$ 183.441,13 (CENTO E OITENTA E TRÊS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E TREZE CENTAVOS), conforme custos unitários apostos na “TABELA 1” deste Edital.

5.2. Os valores estimados dos serviços que compõem a solução estão descritos na “TABELA 1” e foram obtidos através de cotações realizadas pela funcionária Conceição Aparecida dos Reis; matrícula Nº 30315141 que realizou levantamento de preços por meio do **Portal Banco de Preços** (<https://www.bancodeprecos.com.br/Account/Access>) adotando como referência a mediana dos valores levantados, conforme orçamentos anexados no processo.

5.3. A metodologia utilizada encontra respaldo no disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que a estimativa de preços deverá ser elaborada com base em fontes confiáveis, a exemplo de painéis de preços públicos, contratações similares realizadas pela Administração e sistemas de registro de preços, entre outras.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

O procedimento também atende aos princípios da eficiência, economicidade, impessoalidade e planejamento, conforme previstos na referida norma.

5.4. A fixação de valor máximo para compra encontra fundamento na Constituição do Estado do Paraná, art. 27, inciso XXI, de modo que a proposta que contenha valor acima do limite imposto será desclassificada.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

6.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO UTILIZADA
Dotação Utilizada 01.001.01.031.0001.2.001/4.4.90.52.35.00 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.
Dotação Utilizada 01.001.01.031.0001.2.001/4.4.90.52.06.00 – APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO.
Dotação Utilizada 01.001.01.031.0001.2.001/4.4.90.52.33.00 – EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO.

Tabela 2

7. MODELO DE EXECUÇÃO, CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. A execução do objeto contratado deverá ocorrer de forma organizada e conforme as normas e padrões estabelecidos. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento e entrega dos equipamentos, periféricos e acessórios de TIC, garantindo a qualidade e a durabilidade dos itens, conforme as especificações descritas neste Termo de Referência.

7.2. O fornecimento será efetuado em parcela única, mediante solicitação formal da Câmara Municipal de Arapongas, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a ser contado do recebimento da solicitação formal da ordem de fornecimento, e deverão ser entregues na Câmara Municipal, na sede do órgão, na Rua Harpia nº 389, Arapongas, Paraná, no horário das 08:00 às 11:00 horas e da 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira.



7.3. Caso haja pedido de prorrogação do prazo de entrega, concedido em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 01 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência, em seus anexos e em sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado.

8.2. A contratação de bens comuns deverá atender a requisitos que assegurem a qualidade, a adequação técnica e a conformidade com as normas legais e regulamentares vigentes, especialmente aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como nas normas técnicas aplicáveis a equipamentos, periféricos e acessórios de TIC.

8.3. Os principais requisitos a serem observados incluem:

8.3.1. Qualidade dos Equipamentos: Os equipamentos, periféricos e acessórios de TIC fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não reconicionados, fabricados conforme padrões reconhecidos de mercado, assegurando desempenho adequado, durabilidade e compatibilidade com o uso institucional;

8.3.2. Conformidade com Normas Técnicas e Legais: Os bens fornecidos deverão atender às normas técnicas de segurança, qualidade e desempenho aplicáveis, bem como às exigências legais e regulatórias pertinentes, incluindo certificações obrigatórias, como homologação da Anatel, quando aplicável.

8.3.3. Capacidade de Fornecimento: A CONTRATADA deverá comprovar capacidade operacional para fornecer os itens nas quantidades demandadas, dentro dos prazos estabelecidos, garantindo regularidade no fornecimento e adequada logística de entrega.

8.3.4. Atendimento e Suporte: A CONTRATADA deverá assegurar atendimento eficiente durante a execução contratual e durante o período de garantia dos equipamentos, viabilizando a solução de eventuais falhas, defeitos ou não conformidades de forma tempestiva.



8.3.5.Sustentabilidade: Sempre que aplicável, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, priorizando equipamentos com maior eficiência energética, menor impacto ambiental e conformidade com políticas públicas de sustentabilidade.

8.4. Para atender às necessidades da Câmara Municipal de Arapongas (CMA), a empresa contratada deverá cumprir, adicionalmente, os seguintes requisitos específicos:

8.4.1.Fornecer todos os equipamentos, periféricos e acessórios de TIC, conforme as especificações técnicas mínimas detalhadas na “Tabela 1” deste Termo de Referência;

8.4.2.É vedada a entrega de equipamentos ou acessórios em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, salvo mediante autorização expressa e formal da Administração, desde que mantida equivalência técnica ou superioridade comprovada;

8.4.3.Para fins de comprovação de atendimento às especificações técnicas, poderá ser exigida da licitante vencedora a apresentação de catálogos técnicos, manuais, fichas técnicas ou *datasheets* oficiais do fabricante, que demonstrem de forma objetiva a conformidade dos produtos ofertados com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

8.5. Não será exigida a apresentação de amostras físicas dos equipamentos, considerando a natureza dos bens, seu valor agregado, padronização de mercado e a suficiência da comprovação técnica por meio de documentação oficial do fabricante.

8.6. A avaliação da conformidade dos equipamentos fornecidos será realizada pelo(s) gestor(es)/fiscal(is) do contrato no momento do recebimento, com base nas especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, na proposta vencedora e na documentação técnica apresentada pela CONTRATADA.

8.7. Fica expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto descrito neste Termo de Referência, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.3. As comunicações entre a Câmara e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4. A execução do contrato deverá ser monitorada e fiscalizada constantemente pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 9.5. A gestão do contrato será exercida pela servidora Janaína Caren Perez, matrícula Nº 31001149 e a fiscalização pelo servidor Thiago Henrique Tavares Meserlian, matrícula Nº 32008098, bem como a suplente, Luciane Fernanda Ribeiro, matrícula Nº 31221032 a serem designados pelo Presidente através de Portaria, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021.

Da Fiscalização

- 9.6. O fiscal do contrato acompanhará presencialmente a entrega e execução do objeto contratual, verificando se as especificações, os valores unitários e totais, as quantidades e os prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- 9.7. O fiscal do contrato deverá acompanhar, monitorar e exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do contrato, nos termos e condições previstas no Termo de Referência e demais documentos da contratação.
- 9.8. O fiscal do contrato monitorará constantemente a execução contratual, documentando todas as ocorrências em registro próprio individualizado, com a descrição detalhada de falhas e irregularidades observadas, bem como da necessidade de revisão dos valores a serem pagos e do que mais for necessário à regularização.
- 9.9. A fiscalização do contrato incluirá uma análise detalhada de todos os documentos apresentados para pagamento, como notas fiscais, faturas, pré-faturas ou similares, para fins de verificação da conformidade entre os preços e valores faturados com os serviços executados, assegurando que estejam de acordo com as condições estabelecidas no contrato;



- 9.10. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento e as garantias.
- 9.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 9.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 9.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 9.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 9.15. Informar o gestor do contrato sobre a proximidade de seu término com antecedência de 90 (noventa) dias, manifestando-se quanto à demonstração de interesse da CONTRATADA na prorrogação, à conveniência e necessidade de alterações;
- 9.16. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias à elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.
- 9.17. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias à elaboração do relatório de riscos e do documento comprobatório da avaliação do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

Da Gestão do Contrato

- 9.18. Ao Gestor do Contrato compete:
- 9.18.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 9.18.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 9.18.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 9.18.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 9.18.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 9.18.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 9.18.7. Encaminhar à Presidência da Câmara relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso e descumprimento de obrigações assumidas e que sujeitem a CONTRATADA às sanções previstas neste documento;
- 9.18.8. Avaliar e homologar o relatório elaborado pelo fiscal do contrato, quando houver, até o 5º dia útil da sua entrega;
- 9.18.9. Efetuar o recebimento definitivo após a homologação e aceite do relatório gerencial;
- 9.18.10. Enviar a documentação pertinente a Diretoria de Contabilidade e Finanças a formalização dos procedimentos de liquidação e a Tesouraria para pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 9.18.11. Exigir a apresentação de todo e qualquer documento relativo aos serviços que julgarem cabíveis;
- 9.18.12. Emitir as instruções que julgar necessárias ao melhor andamento dos serviços.

10. DO RECEBIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 10.1. O recebimento dos equipamentos, periféricos e acessórios de TIC ocorrerá mediante verificação da conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.
- 10.2. No ato da entrega, os bens serão conferidos quanto à quantidade, integridade física, modelo, características técnicas e documentação, juntamente com a respectiva nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.
- 10.3. Constatada a conformidade dos bens com as exigências contratuais, será formalizado o recebimento, mediante atesto do responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 10.4. Os bens que apresentarem desconformidade com as especificações técnicas, defeitos, avarias ou divergências em relação à proposta poderão ser recusados, no todo ou em parte, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 10.5. O prazo para substituição de bens recusados não será computado para fins de aceitação definitiva do objeto.
- 10.6. No caso de controvérsia quanto à quantidade, qualidade ou conformidade dos bens entregues, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se a CONTRATADA para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa, quando aplicável.
- 10.7. Eventuais inconsistências na documentação fiscal ou técnica apresentada deverão ser sanadas pela CONTRATADA no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados da ciência da notificação.
- 10.8. O recebimento dos bens não exclui a responsabilidade civil, administrativa e técnica da CONTRATADA quanto à qualidade, funcionamento e adequação dos equipamentos fornecidos, nos termos da legislação vigente.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado de forma única e vinculado à efetiva entrega dos itens conforme “Tabela 1”.
- 11.2. A nota fiscal/fatura deverá ser encaminhada à CONTRATANTE pelos seguintes meios: nfe@cmarapongass.pr.gov.br e cpd@cmarapongass.pr.gov.br.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 11.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para liquidação após o recebimento definitivo do objeto/serviço.
- 11.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 11.3.1. O nome, endereço e CNPJ da Câmara Municipal de Arapongas;
 - 11.3.2. O nome, Inscrição Municipal/Estadual e CNPJ da CONTRATADA;
 - 11.3.3. Data de emissão;
 - 11.3.4. Dados do contrato;
 - 11.3.5. Período respectivo de execução do contrato;
 - 11.3.6. Valor a pagar;
 - 11.3.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 11.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspensa até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 11.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.6. Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, conforme notas de empenhos, mediante atesto da nota fiscal correspondente, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, mediante entrega dos seguintes documentos:
- 11.6.1. Regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
 - 11.6.2. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Estadual e Municipal;



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 11.6.3. Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND), ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- 11.6.4. Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal (CRF), ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- 11.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 11.7. O fornecimento dos materiais será aferido e pago conforme a entrega efetivamente realizada, seguindo os critérios e especificações estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato.
- 11.8. O atesto da nota fiscal/fatura correspondente a entrega dos itens conforme “Tabela 1”, caberá aos fiscais e ao gestor do contrato, nomeado pela CONTRATANTE.
- 11.9. Para o faturamento, a CONTRATANTE pagará o valor devido à CONTRATADA conforme fornecimento dos itens da “Tabela 1”, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento definitivo, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.
- 11.10. O valor correspondente a eventuais multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA poderá ser descontado dos pagamentos devidos pela Câmara ou da garantia contratual.
- 11.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e a documentação comprobatória, discriminada neste documento, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.
- 11.12. Para todos os fins, considera-se data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.
- 11.13. O processamento da ordem bancária com observância dos dados fornecidos constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pelas consequências decorrentes da apresentação inexata dos dados fornecidos.

12. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES

- 12.1. A presente contratação será realizada por meio de pregão, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na forma eletrônica, tendo em vista que o objeto é classificado como bem



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, com base em especificações usuais de mercado culminando na seleção da proposta de "MENOR PREÇO" por ITEM.

12.2. Está sendo adotado a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME N ° 73, de 30 de setembro de 2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, de que trata a Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração.

12.3. Aplica-se, ainda, o DECRETO N° 039/23, de 23 de janeiro de 2023 do Município de Arapongas, que estabelece regras e diretrizes para a atuação de agente de contratação, de equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, nos termos da Lei federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal do Município de Arapongas.

12.4. A licitação será realizada em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

12.5. Os licitantes deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Pregão Eletrônico, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para fins de credenciamento, acesso ao sistema e operacionalização do certame.

12.6. O licitante é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Compras do Governo Federal, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

Exigências de habilitação

12.7. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a. SICAF;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

----- Estado do Paraná -----

- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
 - d. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - e. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
 - f. Consulta de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública -TCE Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).
- 12.8. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das **consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.**
- 12.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 12.10. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 12.11. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 12.12. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 12.13. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 12.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



CÂMARA MUNICIPAL DEBARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

12.15. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.16. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.17. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

12.18. Habilitação jurídica

12.18.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.18.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.18.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.18.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.18.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

12.18.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.18.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.20. Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.20.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.20.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.20.4. Declaração de inexistência de nepotismo, em consonância com o disposto no Prejulgado nº 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

12.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

12.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 12.23. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 12.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 12.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 13.1. Os preços não poderão ser superiores aos consignados na estimativa de preços, conforme constante neste Termo de Referência.
- 13.2. A licitante deverá apresentar proposta de preços contendo discriminação detalhada dos itens ofertados, valor unitário e total, em moeda nacional brasileira.
- 13.3. As propostas poderão conter valores unitários com até 04 (quatro) casas decimais após a vírgula. No entanto, o valor global da proposta deverá conter no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, independentemente do número de casas decimais nos valores unitários.
- 13.4. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta, não sendo admitido nenhum ÔNUS adicional à CONTRATANTE durante o fornecimento dos itens, conforme "Tabela 1".
- 13.5. Serão inadmissíveis os preços:
- 13.5.1. Baseados nas ofertas dos demais concorrentes;
- 13.5.2. Manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação comprobatória de que são



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

coerentes com os de mercado e que são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

13.6. O ônus da prova da exequibilidade do preço incumbe ao autor da proposta.

14. DAS PENALIDADES

14.1. No caso de inexecução total ou parcial, ou ainda, atraso injustificado do objeto desta contratação, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, ressalvado as situações devidamente justificadas e comprovadas, a critério de Administração Pública, garantia a ampla defesa e o contraditório, serão aplicadas as sanções previstas no art. 156 da lei 14.133.

Arapongas, 25 de fevereiro de 2026.

Evandro Luis Ferreira
Diretor de Licitação

Priscila Eva Goldin de Andrade Garanhani
Setor de Compras

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I

PLANILHA DE APURAÇÃO DE PREÇO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO/SERVIÇO	QTDE	EMPRESA 01 LM MÓVEIS P/ ESCRITÓRIO	EMPRESA 02 INCOFLEX	EMPRESA 03 MOTIVA	EMPRESA 04 NOVA KASA DECOR	EMPRESA 05 BANCO DE PREÇOS	VALOR MÉDIO UNITARIO	MÉDIA X QUANTIDADE
01	LOTE 01 CATMAT - 631545 MESA RETA PARA ESCRITÓRIO – 155 CM Mesa reta corporativa, destinada a postos de trabalho administrativos. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas: 1550 mm (largura) x 600 mm (profundidade) x 740 mm (altura);• Tampo em MDF ou MDP com espessura mínima de 25 mm;• Estrutura composta por pés laterais em MDF/MDP com espessura mínima de 25 mm;• Painel frontal em MDF/MDP com espessura mínima de 15 mm;• Acabamento em fita PVC com espessura mínima de 1 mm, aplicada por sistema hot-melt;• Sistema de fixação por meio de parafusos e buchas metálicas;• Niveladores de altura nos pés;• Cor neutra institucional (amadeirado claro ou similar);• Capacidade mínima de carga distribuída: 40 kg;• Garantia mínima de 12 meses.	06	VALOR UNITARIO R\$ 1.449,80	VALOR UNITARIO R\$ 1.810,59	VALOR UNITARIO R\$ 0,00 NÃO TRABALHA COM ESTE PRODUTO	VALOR UNITARIO R\$ 5.494,00 DESCONSIDERA DO EXCESSIVAMEN TE ELEVADO	VALOR UNITARIO R\$ 1.598,55	R\$ 1.619,65	R\$ 9.717,90



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

02	LOTE 01 CATMAT - 458391 MESA RETA PARA ESCRITÓRIO – 170 CM Mesa reta corporativa de maior dimensão. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas: 1700 mm x 700 mm x 740 mm;• Tampo em MDF/MDP com espessura mínima de 25 mm;• Estrutura lateral reforçada;• Painel frontal;• Acabamento em PVC hot-melt;• Niveladores.• Capacidade mínima: 50 kg;• Garantia mínima: 12 meses.	QTD 03	VALOR UNITARIO R\$ 1.509,80	VALOR UNITARIO R\$ 1.901,37	VALOR UNITARIO R\$ 1.490,00	VALOR UNITARIO R\$ 5.642,00 DESCONSIDERA DO EXCESSIVAMENTE ELEVADO	VALOR UNITARIO R\$ 1.885,48	VALOR MÉDIO UNITARIO R\$ 1.696,66	MÉDIA X QUANTIDADE R\$ 5.089,98
	LOTE 01 CATMAT - 601721 MESA RETA PARA ESCRITÓRIO – 190 CM Mesa destinada a cargos de chefia ou reuniões rápidas. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas: 1900 mm x 800 mm x 740 mm;• Tampo em MDF/MDP mínimo 25 mm;• Estrutura com reforços metálicos ou em MDF/MDP;• Painel frontal;• Bordas em PVC;• Niveladores;• Capacidade mínima: 60 kg;• Garantia mínima: 12 meses.	QTD 01	VALOR UNITARIO R\$ 3.699,80	VALOR UNITARIO R\$ 0,00 NÃO TRABALHA COM ESTE PRODUTO	VALOR UNITARIO R\$ 1.590,00	VALOR UNITARIO R\$ 5.790,00 DESCONSIDERA DO EXCESSIVAMENTE ELEVADO	VALOR UNITARIO R\$ 2.044,55	VALOR MÉDIO UNITARIO R\$ 2.444,54	MÉDIA X QUANTIDADE R\$ 2.444,54



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

04	LOTE 02 CATMAT - 629986 CADEIRA GIRATÓRIA TIPO PRESIDENTE – BASE CROMADA Cadeira ergonômica para uso administrativo contínuo. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Base giratória em aço cromado com cinco rodízios;• Pistão a gás classe 3;• Assento e encosto com espuma injetada densidade mínima 45 kg/m³;• Revestimento em couro ecológico ou material sintético equivalente;• Braços fixos ou reguláveis;• Mecanismo relax ou sincronizado;• Altura regulável;• Conformidade com NR-17;• Capacidade mínima: 120 kg;• Garantia mínima: 12 meses.	QTD 20	VALOR UNITARIO R\$ 1.429,00	VALOR UNITARIO R\$ 0,00 NÃO TRABALHA COM ESTE PRODUTO	VALOR UNITARIO R\$ 985,00	VALOR UNITARIO R\$ 899,00	VALOR UNITARIO R\$ 1.233,69	VALOR MÉDIO UNITARIO R\$ 1.136,67	MÉDIA X QUANTIDADE R\$ 22.733,40
	LOTE 03 CATMAT - 412127 CADEIRA PRESIDENTE – COR CARAMELO OU VERDE MUSGO Cadeira diferenciada para uso institucional específico. Especificações mínimas: Mesmas características do Item 04, acrescidas de: <ul style="list-style-type: none">• Revestimento na cor caramelo ou verde musgo;• Encosto alto com apoio cervical;• Capacidade mínima: 130 kg.	QTD 01	VALOR UNITARIO R\$ 1.189,90	VALOR UNITARIO R\$ 0,00 NÃO TRABALHA COM ESTE PRODUTO	VALOR UNITARIO R\$ 1.980,00	VALOR UNITARIO R\$ 1.519,00	VALOR UNITARIO R\$ 1.773,89	VALOR MÉDIO UNITARIO R\$ 1.615,70	MÉDIA X QUANTIDADE R\$ 1.615,70



CÂMARA MUNICIPAL DEARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

06	LOTE 04 CATMAT -616799 POLTRONA DECORATIVA PARA PRESIDENCIA – COR CARAMELO Poltrona destinada às áreas de espera. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Estrutura interna em madeira de reflorestamento tratada;• Base metálica fixa;• Assento e encosto com espuma densidade mínima 28 kg/m³;• Revestimento em courino/couro ecológico, cor caramelo;• Dimensões aproximadas: 700 mm largura x 750 mm profundidade x 800 mm altura;• Capacidade mínima: 120 kg;• Garantia mínima: 12 meses.	QTD 15	VALOR UNITARIO R\$ 699,90	VALOR UNITARIO R\$ 0,00 NÃO TRABALHA COM ESTE PRODUTO	VALOR UNITARIO R\$ 900,00	VALOR UNITARIO R\$ 1.479,00	VALOR UNITARIO R\$ 1.004,63	VALOR MÉDIO UNITARIO R\$ 1.020,88	MÉDIA X QUANTIDADE R\$ 15.313,20
07	LOTE 05 CATMAT - 614105 TAPETE EM SISAL NATURAL – 250 x 300 CM Tapete para área de recepção. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Dimensão mínima: 2,50 m x 3,00 m;• Confeccionado em fibra natural tipo sisal;• Base antiderrapante;• Bordas reforçadas;• Gramatura mínima compatível com uso comercial;• Garantia mínima: 6 meses.	QTD 01	VALOR UNITARIO R\$ 2.500,00	VALOR UNITARIO R\$ 0,00 NÃO TRABALHA COM ESTE PRODUTO	VALOR UNITARIO R\$ 0,00 NÃO TRABALHA COM ESTE PRODUTO	VALOR UNITARIO R\$ 0,00 NÃO TRABALHA COM ESTE PRODUTO	VALOR UNITARIO R\$ 2.084,93	VALOR MÉDIO UNITARIO R\$ 2.292,47	MÉDIA X QUANTIDADE R\$ 2.292,47
TOTAL GLOBAL					R\$ 59.207,19				



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

ANEXO II

(TIMBRE DA EMPRESA PROPONENTE)

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026 – Câmara Municipal de Arapongas

PROponente:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL.....

ENDEREÇO:

E-MAIL:.....

FONE/FAX:

DADOS BANCÁRIOS.....

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMA T	UNID .	QTD E	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	Access Point (Wi-fi) Ubiquiti - Unifi U6 Pro com Fonte Garantia: Mínima 01 (um) ano.	609339	UNID .	07		
2	Switch 24 Portas – Gigabit Requisitos Técnicos Mínimos: Switch 10/100/1000 Interface: 24 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX) Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), Protocolo CSMA/CD Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m) 1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m) Taxa de Transferência: Ethernet: 10 Mbps (half duplex), 20 Mbps (full duplex) Fast Ethernet: 100 Mbps (half duplex), 200 Mbps (full duplex) Gigabit Ethernet: 2000 Mbps (full duplex) Capacidade de Comutação: 48 Gbps Taxa de Encaminhamento: 35,71 Mpps	618774	UNID .	05		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Tabela de Endereços MAC: 8K (aprendizado e atualização automática) Buffer de Memória: 4 Mbit Jumbo Frame: até 10 Kbytes Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward) QoS: Algoritmo WRR (Weighted Round Robin) Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz (bivolt automático) Fonte interna Proteção: Contra surtos de até 8 kV Ambiente de Operação: Temperatura -10 °C a +55 °C Umidade 0% a 95% (sem condensação) Certificações: Anatel Montagem: Montável em rack padrão EIA 19" com altura 1U Material: Estrutura em aço Conteúdo: kit de instalação e kit de alimentação Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
3	<p>Switch 16 Portas – Gigabit Requisitos Técnicos Mínimos: Switch 10/100/1000 Interface: 16 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX) Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), Protocolo CSMA/CD</p> <p>Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m) 1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m)</p> <p>Taxa de Transferência: Ethernet: 10 Mbps (half duplex), 20 Mbps (full duplex) Fast Ethernet: 100 Mbps (half duplex), 200 Mbps (full duplex) Gigabit Ethernet: 2000 Mbps (full duplex)</p> <p>Capacidade de Comutação: 32 Gbps Taxa de Encaminhamento: 23,81 Mpps Tabela de Endereços MAC: 8K (aprendizado e atualização automática) Buffer de Memória: 4 Mbit Jumbo Frame: até 10 Kbytes Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward) QoS: Algoritmo WRR (Weighted Round Robin) Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz (bivolt automático) Fonte interna</p>	300719	UNID	03		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Proteção: Contra surtos de até 8 kV Ambiente de Operação: Temperatura -10 °C a +55 °C Umidade 0% a 95% (sem condensação) Certificações: Anatel Montagem: Montável em rack padrão EIA 19" com altura 1U Material: Estrutura em aço Conteúdo: kit de instalação e kit de alimentação Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
4	Switch 8 Portas – Gigabit Requisitos Técnicos Mínimos: Switch 10/100/1000 Interface: 8 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX) Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), IEEE 802.3az (Energy Efficient Ethernet) Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m) 1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m) Capacidade de Comutação (Backplane): 16 Gbps Taxa de Encaminhamento: 10 Mbps: 14.880 PPS 100 Mbps: 148.800 PPS 1000 Mbps: 1.488.000 PPS Tabela de Endereços MAC: 4K (aprendizado e atualização automática) Buffer de Memória: 192 kB Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward) QoS: Priorização IEEE 802.1p, quatro filas de prioridade por porta, algoritmo WFQ Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz Saída 12VDC / 1A Tensão de operação 12-24VDC Consumo Máximo: 4,5 W Ambiente de Operação: Temperatura 0 °C a 55 °C Umidade 10% a 90% sem condensação Temperatura de Armazenamento: -40 °C a 70 °C Umidade 5% a 90% sem condensação Certificações: Anatel Garantia: Mínima 01 (um) ano.	625872	UNID	08		
05	Monitores 23.8" Requisitos Técnicos Mínimos: Tamanho da Tela: 23,8" Tipo de Painel: VA Resolução Máxima: 1920 × 1080 (Full HD) Brilho: 250 cd/m²	619128	UNID	10		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Contraste: 3000:1 Tempo de Resposta: 4 a 14 ms Ângulo de Visão: 178° horizontal / 178° vertical Formato de Tela: 16:9 Taxa de Atualização: 60 Hz Conectividade: HDMI e VGA Acessórios Inclusos: Cabo HDMI Alto-falante Integrado: Não Near Edgeless (Quase sem bordas): Sim Ajustes do Suporte: Elevação, inclinação, rotação e articulação Eficiência Energética: Certificação Energy Star 7.0 Cor do Suporte e Monitor: Preto Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
06	Notebook Equipamento de Referência Tipo Notebook para uso corporativo/administrativo, novo, de primeiro uso, sem recondicionamento. Processador Processador com arquitetura x86-64, para uso móvel Mínimo de 10 núcleos físicos ou híbridos Frequência turbo mínima de até 5,0 GHz Cache mínimo de 12 MB Desempenho equivalente ou superior à 13ª geração da linha Intel Core i7 para notebooks Sistema Operacional Sistema operacional Windows 11, em português (Brasil) Licença original, permanente, devidamente ativada Versão compatível com uso corporativo Placa de Vídeo Controladora gráfica integrada ao processador Suporte a resolução Full HD ou superior Memória gráfica compartilhada Tela Tela de 15,6 polegadas Resolução mínima Full HD (1920 x 1080) Tecnologia antirreflexo Taxa de atualização mínima de 120 Hz Brilho mínimo de 220 nits Painel com ampla visão (WVA, IPS ou equivalente) Memória RAM 16 GB DDR4 ou superior Frequência mínima de 2666 MT/s Possuir pelo menos 2 slots, permitindo expansão (desde que não inferior à memória exigida) Armazenamento Unidade de estado sólido (SSD)	613309	UNID	06		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

<p>Capacidade mínima de 512 GB Leitor de cartão SD Slot M.2 compatível Interface PCIe NVMe M.2</p> <p>Teclado Teclado padrão ABNT2 (Português – Brasil) Integrado ao equipamento Não retroiluminado (aceita-se retroiluminado como melhoria)</p> <p>Webcam Webcam integrada Resolução mínima HD (720p) Microfone digital integrado</p> <p>Áudio Alto-falantes estéreo integrados Potência mínima total de 4 W</p> <p>Conectividade Rede sem fio compatível com Wi-Fi 6 (802.11ax) ou superior Tecnologia MU-MIMO Bluetooth integrado</p> <p>Portas e Conexões Mínimo de: 1 porta HDMI 1 porta USB Tipo-C (dados) 2 portas USB Tipo-A 1 conector para fone/microfone 1 conector para alimentação</p> <p>Slots de Expansão com SSD padrão 2230 ou 2280</p> <p>Bateria Bateria integrada Mínimo de 4 células Capacidade mínima de 54 Wh Autonomia mínima estimada de 9 horas, conforme metodologia do fabricante</p> <p>Fonte de Alimentação Adaptador de energia 65 W Compatível com rede elétrica bivolt automático (110–220V)</p> <p>Construção e Acabamento Chassi em material resistente (polycarbonato, plástico de engenharia ou equivalente) Cor neutra (preto, cinza ou equivalente)</p> <p>Dimensões e Peso Peso máximo: até 1,7 kg Dimensões compatíveis com notebooks de 15,6"</p>					
--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Garantia: Mínima 01 (um) ano, em regime onsite (atendimento nas dependências da CONTRATANTE).					
07	Teclado com Fio Teclado com fio, padrão completo de 3 zonas, conexão USB-A, projetado para uso corporativo. Deve ser resistente a uso contínuo, com teclas de longa durabilidade, inclinação ajustável e compatibilidade com os principais sistemas operacionais. Requisitos Técnicos Mínimos: Layout: padrão de 3 zonas, com no mínimo 104 teclas Idioma/layout: ABNT2 (Português Brasil) ou equivalente, com tecla "Ç" Cor: Preto Tempo de vida do teclado Até 10 milhões de cliques Estilo das teclas: estilo ilha ou equivalente, de baixo perfil Tipo de acionamento: do tipo plunger ou equivalente Espaçamento entre teclas: aproximadamente 19 mm (horizontal e vertical) Inclinação ajustável: obrigatória Resistência: resistente a respingos e desgaste Conectividade: USB com fio (padrão USB-A) Comprimento do cabo: mínimo de 2,0 m Dimensões aproximadas do produto: Altura: até 35 mm Peso do produto: até 0,85 kg Compatibilidade de hardware: computadores com porta USB-A disponível Compatibilidade de software: Windows 10 ou superior Condições de operação: Garantia: Mínima 01 (um) ano.	451817	UNID	15		
08	Mouse com Fio Mouse óptico com fio, design ambidestro, conexão USB, desenvolvido para uso corporativo contínuo. Deve apresentar alta durabilidade, precisão adequada para atividades de escritório e compatibilidade com os principais sistemas operacionais. Requisitos Técnicos Mínimos: Cor: Preto Design: Ambidestro, ergonômico, adequado para destros e canhotos Peso máximo: até 80 g Dimensões aproximadas: Altura: até 35 mm	451822	UNID	15		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Largura: até 65 mm Profundidade: até 115 mm</p> <p>Número de botões: mínimo de 3 (clique esquerdo, clique direito e botão de rolagem)</p> <p>Durabilidade dos botões: Clique esquerdo/direito: mínimo de 8 milhões de acionamentos Clique do scroll: mínimo de 100.000 acionamentos</p> <p>Roda de rolagem: obrigatória, com movimento para cima e para baixo</p> <p>Sensor: óptico Resolução (DPI): mínima de 1600 DPI Conectividade: USB, com fio Comprimento do cabo: mínimo de 1,8 m Compatibilidade de hardware: computadores com porta USB disponível Compatibilidade de software: Windows 7 ou superior (incluindo Windows 8, 8.1, 10 e 11)</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
09	<p>Celular Requisitos Técnicos Mínimos: O aparelho a ser adquirido deverá atender, obrigatoriamente, às seguintes especificações técnicas mínimas: Armazenamento interno: Mínimo 1TB (<i>terabyte</i>) Memória RAM: Mínimo de 12 GB Processador: Processador topo de linha de última geração, compatível com desempenho equivalente ou superior ao Apple A18 Pro ou Snapdragon 8 Gen 4 Sistema Operacional: iOS ou Android, em sua versão mais recente disponível na data da entrega, com garantia mínima de 5 (cinco) anos de atualizações de segurança Tela: Tecnologia OLED, AMOLED ou Super Retina tamanho mínimo de 6,7 polegadas, resolução mínima QHD+, taxa de atualização adaptativa de até 120 Hz Câmera traseira: Conjunto de câmeras com sensor principal mínimo de 48 MP, incluindo lente teleobjetiva com zoom óptico avançado e lente ultra-angular, com gravação de vídeo em resolução mínima 4K a 60 fps Câmera frontal: Mínimo de 12 MP, com gravação em 4K Recursos de gravação Modos profissionais de foto e vídeo (RAW, ProRes ou equivalentes), estabilização óptica de imagem e recursos avançados de pós-processamento</p>	625691	UNID	03		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Resistência: Certificação IP68 ou superior (resistência à água e poeira) Conectividade: 5G, Wi-Fi 6E ou superior, Bluetooth 5.3 ou superior, NFC, USB-C Bateria: Autonomia mínima de 4.500 mAh, com suporte a carregamento rápido e carregamento sem fio Outros recursos: Reconhecimento facial ou biometria; som estéreo; estrutura em material premium (vidro e metal ou titânio). Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
10	Câmera Fotográfica Requisitos Técnicos Mínimos: Tipo de câmera: Mirrorless Full Frame Sensor: Full Frame (35mm) Resolução fotográfica: Mínimo 24 megapixels Gravação de vídeo: Mínimo 4K a 30 fps Estabilização: Preferencialmente estabilização no corpo (IBIS) Conectividade: Bluetooth e Wi-Fi integrados Autofoco: Sistema avançado com detecção de olhos/rostos Tela: Articulável ou inclinável com touchscreen Visor: Eletrônico de alta definição Formatos de mídia: Compatível com cartões SD UHS-I ou superiores Portas: Entrada para microfone externo, saída HDMI, USB-C Bateria: Recarregável com autonomia para uso profissional Lente: Zoom 18-135mm (ou equivalente, compatível com o sistema da câmera) Garantia: Mínima 01 (um) ano.	621512	UNID	01		
11	Scanner A4 Requisitos Técnicos Mínimos: Tipo de Scanner: Alimentação vertical, scanner duplex colorido de uma passagem Dispositivo Fotoelétrico: CIS Umidade Relativa: Funcionamento: 10% - 80% (sem condensação) Capacidade Alimentador Automático: 50 folhas Tamanho Máximo para Digitalização: A4 (21x29,7cm) Tela LCD: Tela sensível ao toque mínimo de 4" Fonte de luz: LED RGB de 3 cores Profundidade de Cores: 30 bits interna / 24 bits externa Características: Área máxima de digitalização: A 200 dpi - máx. 21,6 cm x 609,6 cm (8,5" x 240") / min. 5,1 cm x 5,1 cm (2" x 2") Ciclo Diário: 4000 páginas Páginas por minuto: 35 ppm Sistemas Operacionais: Windows® 10/11 (32-bit, 64-bit) / Windows® 8/8.1 (32-bit, 64-bit)	394558	UNID	07		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Especificações Gerais Resolução óptica: 600 dpi / Resolução máxima interpolada: 1.200 dpi / Profundidade de bits do scanner: RGB: 30 bits de entrada / 24 bits de saída Consumo: 13W Velocidade de Scanner Mínimo: Preto e branco, colorido, tons de cinza, 300 dpi: 35 ppm (simplex) / 70 ipm (duplex) Interface: USB 3.2 de alta velocidade, Wi-Fi Ambiente Temperatura: Funcionamento - 5 °C a 35 °C / Umidade Relativa: Funcionamento - 10% - 80% (sem condensação) Softwares: Software para digitalização e OCR inclusos. Fonte Adaptador CA universal 100 V - 240 VAC (50 Hz/60 Hz) Papel: 27 g/m² – 413 g/m² Itens Inclusos Cabo de Alimentação, Cd Instalação c/ Manual, Manual do usuário Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
12	<p>Aparelho telefônico fixo Requisitos Técnicos Mínimos: 3 funções Flash, Redial/Rediscar e Mute/Mudo 3 volumes de campainha 2 timbres de campainha Posições mesa e parede Dimensões Aproximadas: 187 x 137 x 90mm Duração do flash: 300 ms Características Técnicas: Sinalização de linha: pulso e tom Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>	465497	UNID	30		
13	<p>Tablet Requisitos Técnicos Mínimos: Tela: Tecnologia LCD, IPS ou superior Tamanho mínimo de 11 (onze) polegadas Resolução mínima de 1920 x 1200 (WUXGA) Processador: Arquitetura ARM ou superior Mínimo de 8 (oito) núcleos Frequência compatível com uso multitarefa, navegação web, reprodução de vídeos em alta definição e aplicativos institucionais Memória RAM: Mínimo de 8 GB Armazenamento interno: Mínimo de 128 GB, tipo eMMC ou superior Expansível via cartão de memória microSD ou tecnologia equivalente Sistema Operacional: Android versão 13 ou superior, com suporte a atualizações de segurança</p>	634186	UNID	20		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Conectividade: Wi-Fi padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac (dual band ou superior) Bluetooth versão 5.0 ou superior Porta USB tipo C ou superior para carregamento e transferência de dados</p> <p>Câmeras: Câmera traseira com resolução mínima de 8 MP Câmera frontal com resolução mínima de 5 MP</p> <p>Áudio: Alto-falantes estéreo integrados</p> <p>Bateria: Capacidade compatível com autonomia mínima de 10 (dez) horas de uso moderado</p> <p>Sensores: Acelerômetro e sensor de orientação ou equivalentes Dimensões e peso: Compatíveis com uso portátil e institucional</p> <p>Acessórios: Carregador original do fabricante Cabo de alimentação e/ou dados</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
14	<p>Dobradiça da Tampa do Scanner da Impressora Pantum BM5100FDW 301022669001 Original Cor: Branco Garantia: Mínima 90 (noventa) dias.</p>	478777	UNID	50		
VALOR TOTAL:		R\$				



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026 – Câmara Municipal de Arapongas

PROPONENTE:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL.....

ENDEREÇO:

E-MAIL:.....

FONE/FAX:

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/2025, instaurado por esta Câmara, que:

a) entre seus dirigentes, sócios, responsável técnico ou legal não figura agente público no exercício de cargo ou mandato no Poder Legislativo do Município de Arapongas;

b) não consta de seu quadro societário nenhuma pessoa que se encontre na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público no exercício de cargo ou mandato no Poder Legislativo do Município de Arapongas;

c) não contrata e não contratará, durante toda a vigência do contrato, cônjuges, companheiros ou parentes na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro de agente público que exerça mandato ou cargo em comissão ou função de confiança no Poder Legislativo do Município de Arapongas;

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome/CPF:

Cargo:

OBS:

1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;

2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

ANEXO IV

Processo Administrativo nº007/2027

MINUTA DO CONTRATO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL
DE ARAPONGAS E

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS**, com sede na Rua Harpia, nº 389, Centro, na cidade de Arapongas/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 75.337.089/0001-85, neste ato representada por seu Presidente – Marcio Antônio Nickenig, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº -----, sediada na cidade de -----, na Rua -----, nº----- Bairro-----, CEP:----- Telefone () e-mail: -----, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.-----, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PERIFÉRICOS E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS, VISANDO ASSEGURAR CONECTIVIDADE ESTÁVEL, DESEMPENHO ADEQUADO, MOBILIDADE INSTITUCIONAL, SUPORTE ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS, BEM COMO A CONTINUIDADE E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS nas condições estabelecidas no Termo de Referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Access Point (Wi-fi) Ubiquiti - Unifi U6 Pro com Fonte Garantia: Mínima 01 (um) ano.		UNID	07	R\$	R\$
2	Switch 24 Portas – Gigabit Requisitos Técnicos Mínimos: Switch 10/100/1000 Interface: 24 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX) Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), Protocolo CSMA/CD Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m) 1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m) Taxa de Transferência: Ethernet: 10 Mbps (half duplex), 20 Mbps (full duplex) Fast Ethernet: 100 Mbps (half duplex), 200 Mbps (full duplex) Gigabit Ethernet: 2000 Mbps (full duplex) Capacidade de Comutação: 48 Gbps Taxa de Encaminhamento: 35,71 Mpps Tabela de Endereços MAC: 8K (aprendizado e atualização automática) Buffer de Memória: 4 Mbit Jumbo Frame: até 10 Kbytes Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward) QoS: Algoritmo WRR (Weighted Round Robin) Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz (bivolt automático) Fonte interna Proteção: Contra surtos de até 8 kV Ambiente de Operação: Temperatura -10 °C a +55 °C Umidade 0% a 95% (sem condensação) Certificações: Anatel Montagem: Montável em rack padrão EIA 19" com altura 1U Material: Estrutura em aço Conteúdo: kit de instalação e kit de alimentação Garantia: Mínima 01 (um) ano.		UNID	05	R\$	R\$
3	Switch 16 Portas – Gigabit Requisitos Técnicos Mínimos: Switch 10/100/1000 Interface: 16 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX)		UNID	03	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), Protocolo CSMA/CD</p> <p>Mídia de Rede:</p> <p>10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m)</p> <p>100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m)</p> <p>1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m)</p> <p>Taxa de Transferência:</p> <p>Ethernet: 10 Mbps (half duplex), 20 Mbps (full duplex)</p> <p>Fast Ethernet: 100 Mbps (half duplex), 200 Mbps (full duplex)</p> <p>Gigabit Ethernet: 2000 Mbps (full duplex)</p> <p>Capacidade de Comutação: 32 Gbps</p> <p>Taxa de Encaminhamento: 23,81 Mpps</p> <p>Tabela de Endereços MAC: 8K (aprendizado e atualização automática)</p> <p>Buffer de Memória: 4 Mbit</p> <p>Jumbo Frame: até 10 Kbytes</p> <p>Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward)</p> <p>QoS: Algoritmo WRR (Weighted Round Robin)</p> <p>Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz (bivolt automático) Fonte interna</p> <p>Proteção: Contra surtos de até 8 kV</p> <p>Ambiente de Operação: Temperatura -10 °C a +55 °C Umidade 0% a 95% (sem condensação)</p> <p>Certificações: Anatel</p> <p>Montagem: Montável em rack padrão EIA 19" com altura 1U</p> <p>Material: Estrutura em aço</p> <p>Conteúdo: kit de instalação e kit de alimentação</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
4	<p>Switch 8 Portas – Gigabit</p> <p>Requisitos Técnicos Mínimos:</p> <p>Switch 10/100/1000</p> <p>Interface: 8 Portas RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX)</p> <p>Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX), IEEE 802.3ab (1000BASE-T), IEEE 802.3x (controle de fluxo), IEEE 802.1p (QoS), IEEE 802.3az (Energy Efficient Ethernet)</p> <p>Mídia de Rede:</p> <p>10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 ou STP 100Ω (máximo 100 m)</p> <p>100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e ou STP 100Ω (máximo 100 m)</p> <p>1000BASE-T: UTP categoria 5e, 6 ou STP 100Ω (máximo 100 m)</p>		UNID	08	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Capacidade de Comutação (Backplane): 16 Gbps Taxa de Encaminhamento: 10 Mbps: 14.880 PPS 100 Mbps: 148.800 PPS 1000 Mbps: 1.488.000 PPS Tabela de Endereços MAC: 4K (aprendizado e atualização automática) Buffer de Memória: 192 kB Método de Transferência: Armazena e Encaminha (Store-and-Forward) QoS: Priorização IEEE 802.1p, quatro filas de prioridade por porta, algoritmo WFQ Alimentação: Entrada 100-240VAC, 50/60Hz Saída 12VDC / 1A Tensão de operação 12-24VDC Consumo Máximo: 4,5 W Ambiente de Operação: Temperatura 0 °C a 55 °C Umidade 10% a 90% sem condensação Temperatura de Armazenamento: -40 °C a 70 °C Umidade 5% a 90% sem condensação Certificações: Anatel Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
05	Monitores 23.8" Requisitos Técnicos Mínimos: Tamanho da Tela: 23,8" Tipo de Pannel: VA Resolução Máxima: 1920 × 1080 (Full HD) Brilho: 250 cd/m² Contraste: 3000:1 Tempo de Resposta: 4 a 14 ms Ângulo de Visão: 178° horizontal / 178° vertical Formato de Tela: 16:9 Taxa de Atualização: 60 Hz Conectividade: HDMI e VGA Acessórios Inclusos: Cabo HDMI Alto-falante Integrado: Não Near Edgeless (Quase sem bordas): Sim Ajustes do Suporte: Elevação, inclinação, rotação e articulação Eficiência Energética: Certificação Energy Star 7.0 Cor do Suporte e Monitor: Preto Garantia: Mínima 01 (um) ano.		UNID	10	R\$	R\$
06	Notebook Equipamento de Referência Tipo Notebook para uso corporativo/administrativo, novo, de primeiro uso, sem recondicionamento. Processador Processador com arquitetura x86-64, para uso móvel Mínimo de 10 núcleos físicos ou híbridos Frequência turbo mínima de até 5,0 GHz Cache mínimo de 12 MB		UNID	06	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

<p>Desempenho equivalente ou superior à 13ª geração da linha Intel Core i7 para notebooks</p> <p>Sistema Operacional Sistema operacional Windows 11, em português (Brasil) Licença original, permanente, devidamente ativada Versão compatível com uso corporativo</p> <p>Placa de Vídeo Controladora gráfica integrada ao processador Suporte a resolução Full HD ou superior Memória gráfica compartilhada</p> <p>Tela Tela de 15,6 polegadas Resolução mínima Full HD (1920 x 1080) Tecnologia antirreflexo Taxa de atualização mínima de 120 Hz Brilho mínimo de 220 nits Painel com ampla visão (WVA, IPS ou equivalente)</p> <p>Memória RAM 16 GB DDR4 ou superior Frequência mínima de 2666 MT/s Possuir pelo menos 2 slots, permitindo expansão (desde que não inferior à memória exigida)</p> <p>Armazenamento Unidade de estado sólido (SSD) Capacidade mínima de 512 GB Leitor de cartão SD Slot M.2 compatível Interface PCIe NVMe M.2</p> <p>Teclado Teclado padrão ABNT2 (Português – Brasil) Integrado ao equipamento Não retroiluminado (aceita-se retroiluminado como melhoria)</p> <p>Webcam Webcam integrada Resolução mínima HD (720p) Microfone digital integrado</p> <p>Áudio Alto-falantes estéreo integrados Potência mínima total de 4 W</p> <p>Conectividade Rede sem fio compatível com Wi-Fi 6 (802.11ax) ou superior Tecnologia MU-MIMO Bluetooth integrado</p> <p>Portas e Conexões Mínimo de: 1 porta HDMI 1 porta USB Tipo-C (dados) 2 portas USB Tipo-A 1 conector para fone/microfone 1 conector para alimentação</p>					
--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Slots de Expansão com SSD padrão 2230 ou 2280</p> <p>Bateria Bateria integrada Mínimo de 4 células Capacidade mínima de 54 Wh Autonomia mínima estimada de 9 horas, conforme metodologia do fabricante</p> <p>Fonte de Alimentação Adaptador de energia 65 W Compatível com rede elétrica bivolt automático (110–220V)</p> <p>Construção e Acabamento Chassi em material resistente (polycarbonato, plástico de engenharia ou equivalente) Cor neutra (preto, cinza ou equivalente)</p> <p>Dimensões e Peso Peso máximo: até 1,7 kg Dimensões compatíveis com notebooks de 15,6"</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano, em regime onsite (atendimento nas dependências da CONTRATANTE).</p>					
07	<p>Teclado com Fio Teclado com fio, padrão completo de 3 zonas, conexão USB-A, projetado para uso corporativo. Deve ser resistente a uso contínuo, com teclas de longa durabilidade, inclinação ajustável e compatibilidade com os principais sistemas operacionais. Requisitos Técnicos Mínimos: Layout: padrão de 3 zonas, com no mínimo 104 teclas Idioma/layout: ABNT2 (Português Brasil) ou equivalente, com tecla "Ç" Cor: Preto Tempo de vida do teclado Até 10 milhões de cliques Estilo das teclas: estilo ilha ou equivalente, de baixo perfil Tipo de acionamento: do tipo plunger ou equivalente Espaçamento entre teclas: aproximadamente 19 mm (horizontal e vertical) Inclinação ajustável: obrigatória Resistência: resistente a respingos e desgaste Conectividade: USB com fio (padrão USB-A) Comprimento do cabo: mínimo de 2,0 m Dimensões aproximadas do produto: Altura: até 35 mm Peso do produto: até 0,85 kg Compatibilidade de hardware: computadores com porta USB-A disponível Compatibilidade de software: Windows 10 ou superior Condições de operação:</p>		UNID	15	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
08	Mouse com Fio Mouse óptico com fio, design ambidestro, conexão USB, desenvolvido para uso corporativo contínuo. Deve apresentar alta durabilidade, precisão adequada para atividades de escritório e compatibilidade com os principais sistemas operacionais. Requisitos Técnicos Mínimos: Cor: Preto Design: Ambidestro, ergonômico, adequado para destros e canhotos Peso máximo: até 80 g Dimensões aproximadas: Altura: até 35 mm Largura: até 65 mm Profundidade: até 115 mm Número de botões: mínimo de 3 (clique esquerdo, clique direito e botão de rolagem) Durabilidade dos botões: Clique esquerdo/direito: mínimo de 8 milhões de acionamentos Clique do scroll: mínimo de 100.000 acionamentos Roda de rolagem: obrigatória, com movimento para cima e para baixo Sensor: óptico Resolução (DPI): mínima de 1600 DPI Conectividade: USB, com fio Comprimento do cabo: mínimo de 1,8 m Compatibilidade de hardware: computadores com porta USB disponível Compatibilidade de software: Windows 7 ou superior (incluindo Windows 8, 8.1, 10 e 11) Garantia: Mínima 01 (um) ano.		UNID	15	R\$	R\$
09	Celular Requisitos Técnicos Mínimos: O aparelho a ser adquirido deverá atender, obrigatoriamente, às seguintes especificações técnicas mínimas: Armazenamento interno: Mínimo 1TB (<i>terabyte</i>) Memória RAM: Mínimo de 12 GB Processador: Processador topo de linha de última geração, compatível com desempenho equivalente ou superior ao Apple A18 Pro ou Snapdragon 8 Gen 4 Sistema Operacional: iOS ou Android, em sua versão mais recente disponível na data da entrega, com garantia mínima de 5 (cinco) anos de atualizações de segurança Tela: Tecnologia OLED, AMOLED ou Super Retina tamanho mínimo de 6,7 polegadas, resolução mínima QHD+, taxa de atualização adaptativa de até 120 Hz		UNID	03	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	<p>Câmera traseira: Conjunto de câmeras com sensor principal mínimo de 48 MP, incluindo lente teleobjetiva com zoom óptico avançado e lente ultra-angular, com gravação de vídeo em resolução mínima 4K a 60 fps</p> <p>Câmera frontal: Mínimo de 12 MP, com gravação em 4K</p> <p>Recursos de gravação Modos profissionais de foto e vídeo (RAW, ProRes ou equivalentes), estabilização óptica de imagem e recursos avançados de pós-processamento</p> <p>Resistência: Certificação IP68 ou superior (resistência à água e poeira)</p> <p>Conectividade: 5G, Wi-Fi 6E ou superior, Bluetooth 5.3 ou superior, NFC, USB-C</p> <p>Bateria: Autonomia mínima de 4.500 mAh, com suporte a carregamento rápido e carregamento sem fio</p> <p>Outros recursos: Reconhecimento facial ou biometria; som estéreo; estrutura em material premium (vidro e metal ou titânio).</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>					
10	<p>Câmera Fotográfica</p> <p>Requisitos Técnicos Mínimos:</p> <p>Tipo de câmera: Mirrorless Full Frame</p> <p>Sensor: Full Frame (35mm)</p> <p>Resolução fotográfica: Mínimo 24 megapixels</p> <p>Gravação de vídeo: Mínimo 4K a 30 fps</p> <p>Estabilização: Preferencialmente estabilização no corpo (IBIS)</p> <p>Conectividade Bluetooth e Wi-Fi integrados</p> <p>Autofoco: Sistema avançado com detecção de olhos/rostos</p> <p>Tela: Articulável ou inclinável com touchscreen</p> <p>Visor: Eletrônico de alta definição</p> <p>Formatos de mídia: Compatível com cartões SD UHS-I ou superiores</p> <p>Portas: Entrada para microfone externo, saída HDMI, USB-C</p> <p>Bateria Recarregável com autonomia para uso profissional</p> <p>Lente: Zoom 18-135mm (ou equivalente, compatível com o sistema da câmera)</p> <p>Garantia: Mínima 01 (um) ano.</p>		UNID	01	R\$	R\$
11	<p>Scanner A4</p> <p>Requisitos Técnicos Mínimos:</p> <p>Tipo de Scanner: Alimentação vertical, scanner duplex colorido de uma passagem</p> <p>Dispositivo Fotoelétrico: CIS</p> <p>Umidade Relativa: Funcionamento: 10% - 80% (sem condensação)</p> <p>Capacidade Alimentador Automático: 50 folhas</p> <p>Tamanho Máximo para Digitalização: A4 (21x29,7cm)</p> <p>Tela LCD: Tela sensível ao toque mínimo de 4"</p>		UNID	07	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Fonte de luz: LED RGB de 3 cores Profundidade de Cores: 30 bits interna / 24 bits externa Características Área máxima de digitalização: A 200 dpi - máx. 21,6 cm x 609,6 cm (8,5" x 240") / min. 5,1 cm x 5,1 cm (2" x 2") Ciclo Diário: 4000 páginas Páginas por minuto: 35 ppm Sistemas Operacionais: Windows® 10/11 (32-bit, 64-bit) / Windows® 8/8.1 (32-bit, 64-bit) Especificações Gerais Resolução óptica: 600 dpi / Resolução máxima interpolada: 1.200 dpi / Profundidade de bits do scanner: RGB: 30 bits de entrada / 24 bits de saída Consumo: 13W Velocidade de Scanner Mínimo: Preto e branco, colorido, tons de cinza, 300 dpi: 35 ppm (simplex) / 70 ipm (duplex) Interface: USB 3.2 de alta velocidade, Wi-Fi Ambiente Temperatura: Funcionamento - 5 °C a 35 °C / Umidade Relativa: Funcionamento - 10% - 80% (sem condensação) Softwares: Software para digitalização e OCR inclusos. Fonte Adaptador CA universal 100 V - 240 VAC (50 Hz/60 Hz) Papel: 27 g/m² – 413 g/m² Itens Inclusos Cabo de Alimentação, Cd Instalação c/ Manual, Manual do usuário Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
12	Aparelho telefônico fixo Requisitos Técnicos Mínimos: 3 funções Flash, Redial/Rediscar e Mute/Mudo 3 volumes de campainha 2 timbres de campainha Posições mesa e parede Dimensões Aproximadas: 187 x 137 x 90mm Duração do flash: 300 ms Características Técnicas: Sinalização de linha: pulso e tom Garantia: Mínima 01 (um) ano.		UNID	30	R\$	R\$
13	Tablet Requisitos Técnicos Mínimos: Tela: Tecnologia LCD, IPS ou superior Tamanho mínimo de 11 (onze) polegadas Resolução mínima de 1920 x 1200 (WUXGA) Processador: Arquitetura ARM ou superior Mínimo de 8 (oito) núcleos Frequência compatível com uso multitarefa, navegação web, reprodução de vídeos em alta definição e aplicativos institucionais Memória RAM: Mínimo de 8 GB Armazenamento interno: Mínimo de 128 GB, tipo eMMC ou superior		UNID	20	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

	Expansível via cartão de memória microSD ou tecnologia equivalente Sistema Operacional: Android versão 13 ou superior, com suporte a atualizações de segurança Conectividade: Wi-Fi padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac (dual band ou superior) Bluetooth versão 5.0 ou superior Porta USB tipo C ou superior para carregamento e transferência de dados Câmeras: Câmera traseira com resolução mínima de 8 MP Câmera frontal com resolução mínima de 5 MP Áudio: Alto-falantes estéreo integrados Bateria: Capacidade compatível com autonomia mínima de 10 (dez) horas de uso moderado Sensores: Acelerômetro e sensor de orientação ou equivalentes Dimensões e peso: Compatíveis com uso portátil e institucional Acessórios: Carregador original do fabricante Cabo de alimentação e/ou dados Garantia: Mínima 01 (um) ano.					
14	Dobradiça da Tampa do Scanner da Impressora Pantum BM5100FDW 301022669001 Original Cor: Branco Garantia: Mínima 90 (noventa) dias.		UNID	50	R\$	R\$
TOTAL:					R\$	

1.0.

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Aviso do Pregão Eletrônico;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado; e
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. Em caso de divergências entre as disposições deste Contrato e seus Anexos e a descrição do objeto no sistema Comprasnet (Compras. gov.br), prevalecerão as disposições do Termo de Referência e do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

- 2.1. Todos os equipamentos, periféricos e acessórios de TIC, conforme “Tabela 1”, a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não recondicionados, acompanhados de garantia mínima contra defeitos de fabricação, bem como de



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

suporte técnico prestado por rede autorizada no território nacional, conforme indicado nas especificações técnicas da “Tabela 1” do Termo de Referência; e as especificações a seguir, de acordo com a natureza de cada item:

2.2. Monitores e Notebooks

2.2.1. Os monitores e notebooks deverão possuir garantia mínima de 12 meses, prestada pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada no Brasil, abrangendo peças e mão de obra. No caso dos notebooks, a garantia deverá ser do tipo onsite, com atendimento no local ou conforme política oficial do fabricante, visando reduzir o tempo de indisponibilidade do equipamento e assegurar a continuidade das atividades administrativas e legislativas.

2.3. Equipamentos de Rede (Switches e Access Points)

2.3.1. Os switches de rede e pontos de acesso Wi-Fi deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, com cobertura contra defeitos de fabricação e suporte técnico compatível com uso corporativo, assegurando substituição ou reparo do equipamento conforme as condições do fabricante.

2.4. Equipamentos de Mobilidade e Comunicação

2.4.1. Os tablets e aparelhos celulares institucionais deverão contar com garantia mínima de 12 (doze) meses, com assistência técnica autorizada no Brasil, incluindo suporte para eventuais atualizações de firmware e correções relacionadas à segurança e funcionamento do equipamento.

2.5. Equipamentos de Digitalização e Imagem

2.5.1. O scanner A4 duplex e a câmera fotográfica profissional deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, com cobertura de peças e mão de obra, prestada por rede autorizada no território nacional, considerando o uso contínuo e institucional desses equipamentos.

2.6. Periféricos e Equipamentos de Telefonia

2.6.1. Os teclados, mouses e aparelhos telefônicos fixos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, compatível com uso corporativo, assegurando reposição ou reparo em caso de defeitos de fabricação.

2.7. Peças de Reposição



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

2.7.1. As peças de reposição, especificamente a dobradiça da tampa do scanner da impressora Pantum BM5100FDW, deverão possuir garantia mínima legal, assegurando compatibilidade plena com o equipamento existente e funcionamento adequado após a substituição.

2.8. Condições Gerais de Assistência Técnica

2.8.1. A contratada deverá garantir que todos os equipamentos e peças fornecidos estejam acompanhados de manuais, termos de garantia e informações de suporte técnico, em língua portuguesa, bem como assegurar que a assistência técnica esteja disponível no Brasil durante todo o período de garantia.

2.8.1.1 A garantia deverá compreender a substituição de peças, componentes e equipamentos defeituosos, sem ÔNUS adicional para a CONTRATANTE, incluindo mão de obra, logística e demais custos necessários à plena restauração das condições de funcionamento;

2.8.1.2. Para os equipamentos que possuam previsão específica de garantia em regime ONSITE, o atendimento deverá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, por rede autorizada ou assistência técnica credenciada pelo fabricante;

2.8.1.3. A exigência de garantia visa assegurar a confiabilidade dos equipamentos adquiridos, a continuidade operacional da infraestrutura tecnológica e a proteção do investimento público, em conformidade com os objetivos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, período no qual deverão estar compreendidas a entrega dos equipamentos, o recebimento definitivo e a vigência das garantias.

3.2. O prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que devidamente justificado e observado o interesse público, nas hipóteses e limites previstos na Lei nº 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- 4.2. A execução do objeto contratado deverá ocorrer de forma organizada e conforme as normas e padrões estabelecidos. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento e entrega dos equipamentos, periféricos e acessórios de TIC, garantindo a qualidade e a durabilidade dos itens, conforme as especificações descritas no Termo de Referência.
- 4.3. O fornecimento será efetuado mediante solicitação formal da Câmara Municipal de Arapongas, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, entregues na Câmara Municipal, na sede do órgão, na Rua Harpia nº 389, Arapongas, Paraná, no horário das 08:00 às 11:00 horas e da 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira.
- 4.4. Caso haja pedido de prorrogação do prazo de entrega, concedido em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 01 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA.
- 4.5. RECEBIMENTO**
- 4.6. O recebimento dos equipamentos, periféricos e acessórios de TIC ocorrerá mediante verificação da conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.
- 4.7. No ato da entrega, os bens serão conferidos quanto à quantidade, integridade física, modelo, características técnicas e documentação, juntamente com a respectiva nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.
- 4.8. Constatada a conformidade dos bens com as exigências contratuais, será formalizado o recebimento, mediante atesto do responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 4.9. Os bens que apresentarem desconformidade com as especificações técnicas, defeitos, avarias ou divergências em relação à proposta poderão ser recusados, no todo ou em parte, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.10. O prazo para substituição de bens recusados não será computado para fins de aceitação definitiva do objeto.
- 4.11. No caso de controvérsia quanto à quantidade, qualidade ou conformidade dos bens entregues, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se a CONTRATADA para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa, quando aplicável.
- 4.12. Eventuais inconsistências na documentação fiscal ou técnica apresentada deverão ser sanadas pela CONTRATADA no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados da ciência da notificação.
- 4.13. O recebimento dos bens não exclui a responsabilidade civil, administrativa e técnica da CONTRATADA quanto à qualidade, funcionamento e adequação dos equipamentos fornecidos, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. Nos termos do artigo 117 da lei nº 14.133/2021, o acompanhamento e a fiscalização do contrato (gestor e fiscal) serão realizados por servidores indicados pela Presidência, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei.
- 5.2. A gestão do contrato será exercida pela servidora, Janaína Caren Perez matrícula nº 31001149, como fiscal o servidor Thiago Henrique Tavares Meserlian, matrícula Nº 32008098, bem como a suplente, Luciane Fernanda Ribeiro, matrícula Nº 31221032, a serem designados pelo Presidente através de Portaria, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.3. As atribuições do gestor e do fiscal de contrato constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO

- 7.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 8.1. O pagamento será realizado de forma única e vinculado à efetiva entrega dos itens conforme “Tabela 1”.
- 8.2. A nota fiscal/fatura deverá ser encaminhada à CONTRATANTE pelos seguintes meios: nfe@cmarapongas.pr.gov.br e cpd@cmarapongas.pr.gov.br.
- 8.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para liquidação após o recebimento definitivo do objeto/serviço.
- 8.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.4.1. O nome, endereço e CNPJ da Câmara Municipal de Arapongas;
- 8.4.2. O nome, Inscrição Municipal/Estadual e CNPJ da CONTRATADA;
- 8.4.3. Data de emissão;
- 8.4.4. Dados do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 8.4.5. Período respectivo de execução do contrato;
- 8.4.6. Valor a pagar;
- 8.4.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspensa até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 8.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.7. Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, conforme notas de empenhos, mediante atesto da nota fiscal correspondente, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, mediante entrega dos seguintes documentos:
- 8.7.1. Regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- 8.7.2. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Estadual e Municipal;
- 8.7.3. Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND), ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- 8.7.4. Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal (CRF), ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- 8.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 8.8. O fornecimento dos materiais será aferido e pago conforme a entrega efetivamente realizada, seguindo os critérios e especificações estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato.
- 8.9. O atesto da nota fiscal/fatura correspondente a entrega dos itens conforme “Tabela 1”, caberá aos fiscais e ao gestor do contrato, nomeado pela CONTRATANTE.
- 8.10. Para o faturamento, a CONTRATANTE pagará o valor devido à CONTRATADA conforme fornecimento dos itens da “Tabela 1”, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento definitivo, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.
- 8.11. O valor correspondente a eventuais multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA poderá ser descontado dos pagamentos devidos pela Câmara ou da garantia contratual.
- 8.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e a documentação comprobatória, discriminada neste documento, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.
- 8.13. Para todos os fins, considera-se data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.
- 8.14. O processamento da ordem bancária com observância dos dados fornecidos constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pelas consequências decorrentes da apresentação inexata dos dados fornecidos.

CLÁUSULA NONA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 9.1. Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 10.1. São obrigações do Contratante:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 10.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 10.8. Cientificar a Procuradoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.10. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 10.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 11.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 11.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
- 11.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 11.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 11.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 11.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 12.1. Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d. **Multa:**
Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b. as peculiaridades do caso concreto;
 - c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).
- 13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

- 13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

- 14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:
- 14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- 14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

- 14.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.4.3. Indenizações e multas.
- 14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 14.6. O contrato poderá ser extinto:
- 14.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

- 15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

<i>Dotação Utilizada</i>	
Dotação Utilizada	01.001.01.031.0001.2.001/4.4.90.52.35.00 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.
Dotação Utilizada	01.001.01.031.0001.2.001/4.4.90.52.06.00 – APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO.
Dotação Utilizada	01.001.01.031.0001.2.001/4.4.90.52.33.00 – EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

Dotação Utilizada 01.001.01.031.0001.2.001/3.3.90.30.17.00 – MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS.

- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

- 17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

- 18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

----- Estado do Paraná -----

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

- 19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Arapongas/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.
- 19.2. Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, afim de que produza seus efeitos legais.

Arapongas, xx de maio de 2026.

MARCIO ANTONIO NICKENIG

Presidente

Contratada

Testemunhas:

Responsável pela elaboração: Conceição Aparecida dos Reis